

A INSTRUÇÃO PUBLICA

EM

MINAS-GERAES

Estado actual — Reforma — Projecto de lei

MEMORIA APRESENTADA

A

CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE MINAS

Em virtude do edital de concorrência de 13 de Dezembro de 1889
para preenchimento do logar de Inspector Geral da Instrução Publica do mesmo
Estado de Minas

POR

ALCIDES CATÃO DA ROCHA MEDRADO

PROFESSOR DA ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO, EX-DIRECTOR E ACTUAL PROFESSOR DO
LYCEU MINEIRO, MEMBRO DO CONSELHO DIRECTOR DA INSTRUÇÃO PUBLICA
E REDACTOR-PROPRIETARIO DA REVISTA DO ENSINO

*Je désire que mes juges voient en
moi, non l'homme qui écrit, mais celui
qui est forcé d'écrire.*

MONTESQUIEU.

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DE CARVALHAES & COMP.

55

RUA DOS OURIVES

55

1890

« Os concurrentes deverão entregar na secretaria da Escola de minas, até o dia 30 de janeiro, uma memoria por elles redigida sobre a organização do ensino em seus diversos ramos, applicavel ao estado de Minas-Geraes, tendo elles plena e inteira liberdade de expor suas idéas, como melhor lhes parecer. »

H. GORCEIX (*Editat da concurrencia*).

O ESTADO ACTUAL

A feliz evolução nacional que no dia, para sempre memoravel, 15 de Novembro de 1889, transformou radicalmente o nosso systema de governo, collocando o Brazil na communhão das liberdades politicas, que é o mais bello apañagio do novo-mundo, — não podia deixar de corresponder ao inicio das mais profundas e completas reformas sociaes e economicas d'esta opulenta região sul-americana.

Jungido á rotina, de mais de tres quartos de seculo, do regimen monarchico, implantado pelo principe D. João, e continuado por seu filho e seu neto, embora sob a apparencia de um constitucionalismo duvidoso, o paiz, hoje verdadeiramente livre, rompendo com todo o passado, precisa entrar desassombradamente em nova e mais larga senda do progresso.

Em boa hora foi collocado á frente da publica administração do vasto e uberrimo Estado de Minas Geraes um de seus mais denodados filhos nas lutas da civilisação, que, em pleno parlamento, em face da nação, abjurou as velhas crenças para abraçar as novas com todo o entusiasmo da sua grande alma, vaticinando á Patria um futuro esplendido, um futuro digno d'ella; pois, outra coisa não era de esperar de cidadão tão notavel, que não fosse um governo modelado pelas formas

republico-federativas, isto é, um governo de paz, de energias, de generosidades, de reformas e de justiça.

Effectivamente, mal assumiu a administração d'este Estado, tão vasto como os mais vastos do velho mundo, que constituem nações poderosas e opulentas, habitado por um povo singelo, honesto e laborioso; ao illustre mineiro, entre os diversos ramos de serviço publico que procurou desde logo melhorar, no intuito de encaminhar a terra natal ás grandes e seguras conquistas civilisadoras, — mereceu particular cuidado a instrucção publica, como base que é do engrandecimento moral das nações.

Ninguém melhor que o illustre cidadão sabe que, sem uma boa e solida instrucção, um povo não póde progredir, nem ser verdadeiramente feliz, e tambem ninguém melhor do que elle conhece o grau de atrazo, de abatimento, de inercia, em que se acha tão valioso ramo de serviço publico n'este Estado; e, tanto assim é que antes de iniciar a profunda reforma de que carece, tão urgentemente o ensino, — procurou dotal-o com um director que dêsse previamente provas publicas das precisas habilitações para o cargo, e capacidade para executar fiel e perseverantemente o novo programma.

O convite foi solemnemente feito aos homens mais notaveis e competentes no assumpto. Acredito, pois, que o certamen será brilhantissimo, e que o Estado de Minas Geraes ganhará n'elle o *primus in'er pares*, que será o forte esteio, a pedra angular do novo edificio da educação moral e intellectual do povo.

Medindo bem as minhas forças, avaliando consciencientemente o meu saber no assumpto, não ousaria apresentár-me na arena, onde sei que mestres de primeira plaina me deixarão vencido, se não me corresse o dever moral de fazel-o. Professor da Escola Normal de Ouro Preto, ex-director e

actual professor do Lyceu Mineiro, membro do Conselho Director da instrucção publica, redactor-proprietario da *Revista do Ensino*, em cujas paginas, desde 1886, labuto pelas reformas da instrucção — triste cópia daria de mim se fugisse a um tal concurso; seria caso para ser lançado á margem, como devem ser esses tantos que, na instrucção d'este Estado, representam a rotina, senão a propria ignorancia.

Venho, pois, occupar o meu posto, o posto que me impõe o dever; e, n'esta minha exposição escripta, bem como nas provas oraes, procurarei demonstrar, ao menos, que conheço a situação actual do ensino publico mineiro, e externar sem refolhos o que penso a respeito e o que me parece, de accordo com os elementos de que dispõe o Estado, exequivel para levar a effeito uma reforma completa, mas cautelosa, pausada e pensadamente.

Tratarei, como se diz vulgarmente — terra a terra — da questão, não só porque o caso assim deve ser discutido, como é isso mais consentaneo com o espirito do honrado povo mineiro, a cuja frente se acha o illustre governador, que soube sempre dar o exemplo de encarar as coisas publicas pelo lado pratico, quando, nas Camaras, occupando a tribuna, lançava ao merecido desprezo questiunculas eleitoraes para defrontar os grandes problemas administrativos e discutil-os á luz da razão e do ponto de vista criterioso de um sincero e bom patriota.

Seguindo tão proficuo exemplo, desertarei das regiões da theoria, deixarei em paz os autores mais em voga na materia, para, no terreno da prática, com auxilio unicamente de documentos officiaes, dizer o que sei e o que penso d'este importante ramo de serviço publico e da sua inadiavel reforma.

Transportar para as paginas de uma memoria um d'esses brilhantes programmas de instrucção primaria e secundaria,

que correm impressos, nas linguas cultas, inclusive a nossa, apresental-o como um projecto de reforma, tomando até para isso o mais adiantado, o que melhores fructos tenha produzido, embora em outro meio, — é tarefa mais facil do que a muitos se afigura, desde que se disponha de tempo, de livros e de um certo tino, ou antes, bom gosto para escolher o que ha de mais aproveitavel. Uma preliminar, porém, deve ser estabelecida: — estará, por ventura, o Estado de Minas Geraes nos casos de assimilar de prompto um d'esses programmas, de adaptal-o como reforma? — Eis a questão.

De que serviria aqui uma larga dissertação philosophica sobre o dever que corre ás nações de instruir o povo, recheiada de erudição e paramentada de conceitos felizes dos mais autorisados mestres? — Que adiantaria a solução do problema, que nos preoccupa, o historico da instrução, desde os escuros tempos claustraes até o ensino livre na livre America do Norte, ou uma revista consciente e paciente de todos os systemas pedagogicos conhecidos? — De nada, absolutamente nada; por quanto, por mais meticoloso que fosse, por maior erudição de que podesse dispor, nada diria de novo áquelles que me têm de julgar, que melhor do que eu conhecem da materia.

São vastissimas as regiões da theoria e mui seductores os projectos que nellas soem erguer os que menos sabem do que se passa junto de si, em seu paiz, do que nas nações cujas conquistas civilisadoras os deslumbram e enthusiasmam; mas, por mais bem architectados que sejam taes projectos não passarão de nugas, de castellos no ar, desde que não sejam praticaveis. E por esta razão prefiro estudar o terreno no qual tem de ser lançada a sementeira, do que investigar a especie a escolher, dentre as mais bellas, mesmo porque só por uma serie de culturas proficientemente cuidadas, é que chegaremos a adquirir a pureza do genero.

A natureza não dá saltos — é um axioma scientifico bem

conhecido. Levantar de chofre do atrazo em que se acha a instrução em Minas Geraes, com o professorado existente, á altura das mais aperfeçoadas, seria tão impraticavel como incumbir a um architecto illustre de construir um sumptuoso palacio com as bellas madeiras de nossas florestas, o ferro de nossas jazidas e os variados marmores de nossas montanhas, servindo-se de mesteiraes e operarios nascidos e educados neste centro; ou, tanto valeria, como em nosso solo agreste, sem desbraval-o nem amanhá-lo sufficientemente, plantar arvore de dulcissimo sabor, vinda das arboriculturas scientificas da Europa.

Como effectuar uma reforma radical e perfeita da nossa instrução publica, de um só jacto? — Onde o material, quaes os operarios?

Responda por nós o ex-inspector da instrução de Minas, o illustrado sr. dr. Mathias de Vilhena Valladão.

Em seu relatorio apresentado em 5 de julho de 1887, diz aquelle zeloso funcionario:

« Si da lei sómente escripta dependessem os progressos de qualquer ramo de serviço publico, Minas poderia orgulhar-se da prosperidade de seu ensino. Temos um regulamento, que, a muitos respeitoes, poderia servir de modelo — taes as excellentes innovações que proclama, e os salutaes principios que consagra. Taxa escolar, obrigatoriedade do ensino, conselhos parochiaes, caixas escolares municipaes e provinciaes, conferencias pedagogicas, jardins da infancia, muzeus, bibliothecas escolares, etc., tudo se encontra alli approvedo, disposto e organizado.

« Não obstante, como amarga ironia ao vistoso regulamento, a instrução popular permanece immobilisada em todo o lamentavel atrazo de seu estado rudimentar e primitivo.

Não fallando na criação de novas cadeiras, não vejo que progressos tenhamos feito a este respeito nos ultimos annos.

« Si o magisterio não continúa a ser, como dizia um dos presidentes desta provincia, o reducto a que se tem acastellado a ignorancia e a impericia, é pelo menos certo que os individuos que o exercem estão infinitamente abaixo do suas funcções.

« As escolas normaes que poderiam operar neste sentido uma revolução salutar, rehabilitando os antigos professores, e fornecendo um pessoal cheio de aptidões para— os novos empregos, de pouco nos tem valido, porque com a sua organização actual, defeituosa e incompleta, parecem antes instituições creadas para o fim de consagrar e manter a rotina, do que cursos destinados a elevar o nivel da instrucção publica.

« Não ha inspecção nas escolas; os professores cumprem seus deveres como querem ou como podem.

« Os funcionarios incumbidos da fiscalisação do ensino, nenhuma remuneração recebem por seus serviços; não têm, portanto, nem os estimulos, nem a responsabilidade do cargo.

« Accresce que em sua maior parte, refiro-me mais particularmente aos delegados litterarios, que não se acham na altura do cargo, porque, inspecionar as escolas não é sómente verificar se o professor cumpre as disposições regulamentares, si os alumnos lhe prestam obediencia e frequentam com assiduidade as aulas, mas ainda inquirir do ensino, examinar o methodo empregado, aquilatar do adiantamento dos alumnos e da capacidade do mestre.

« No que diz respeito ao material das escolas o estado é dos mais deploraveis. Não ha predios proprios para funcionarem as escolas, nem mobilia, nem livros, nem objecto algum de ensino.

« Em sua ultima reunião, a assembléa supprimio em seu orçamento a verba destinada a fornecimento de livros

e mais auxilios aos meninos pobres e consignou para esse fim no orçamento das camaras municipaes a quota de 200\$000. Alem de insignificantissima a verba, accresce que as camaras não se têm prestado a cumprir essa disposição.

« O numero das cadeiras creadas, bem que ainda diminuto em relação a população escolar presumivel, não deixa de ser assaz oneroso para as forças actuaes do orçamento: e d'aqui provem principalmente o grande mal do ensino: por quanto, para satisfazer o desejo aliás muito louvavel de franquear a todos as portas da instrucção, abrindo escolas até nos mais reconditos povoados, foi necessario sacrificar o ensino, sujeitando-se os professores a um ordenado, que afasta inteiramente do magisterio todas as pessoas idoneas, e prescindindo-se de attender a outras exigencias, igualmente instantes neste ramo de serviço.

« Esquecemo-nos de que em materia de instrucção, não é a quantidade mas a qualidade que aproveita. A falta de escolas, dizia Victor Cousin, é um mal, porém a escola ruim é uma calamidade.

« Não farei a nossas escolas a injustiça de suppor que tenham sido calamitosas à provincia; mas comparando-se a somma de beneficios que ellas nos trazem com os sacrificios, que nos custam, não se pôde escapar a mais estranha surpresa.

« Neste ponto os algarismos fallam com muita eloquencia... Aqui consignarei o seguinte facto:

« Ha dez annos, em 1876, funcionaram 516 cadeiras, que tiveram a matricula de 27.104 alumnos e a frequencia effectiva de 13.400; em 1886 funcionaram 1.130 escolas, que tiveram a matricula de 42.649 alumnos e frequencia de 24.370, isto é, ao augmento de mais do dobro das cadeiras correspondeu apenas o augmento de mais do terço dos alumnos.»

Eis fielmente retratada a instrucção publica em Minas

Geraes, ha cerca de anno e meio, por quem bem de perto contemplou o triste quadro.

E' por demais grandiosa a magna questão do ensino publico para que um governo possa vacillar um momento na adopção de grandes medidas, ou receiar despendar quantias excessivas com as escolas.

Nesta questão, disse um ministro belga, Van den Broeck não ha que attender senão a uma coisa — a magnitude do resultado. Mas, não basta despendar, é necessario fazer o proficuamente, e é isto justamente o que não se tem observado até aqui.

O Estado de Minas não é dos menos dotados na verba — instrução publica, — no Brazil, nem relativamente á população, nem ao territorio. De estatísticas resultantes de bem combinados calculos, feitos recentemente, colhi algumas informações que vem aqui de molde.

No ultimo exercicio apurado pelos dados officiaes de 1885, a despesa feita em todo o paiz elevou-se a 7,803:089\$334, o numero de matriculas nesse exercicio foi de 214.670, o que daria a média de 31\$220, desprezadas as fracções minimas, por alumno, se a matricula equivallesse á frequencia, o que alias não acontece, pois é sabido que a frequencia representa sempre um terço da matricula.

Segundo os algarismos officiaes constantes dos ultimos trabalhos publicados pela repartição de estatística, no anno de 1884, que é o mais completo a esse respeito, excluindo a capital federal, que em virtude da densidade de sua população não pôde ser comparada com nenhuma das demais circumscrições territoriaes, contavam os vinte Estados 6.640 escolas, com uma população de 217.084 alumnos.

Essas escolas eram quasi todas publicas; as particula-

res, na sua maior parte, não forneceram informações, por isso não se pôde obter a média para aferir o grau de diffusão que attingio o ensino naquella anno.

Da totalidade: 3.819 escolas eram exclusivamente consagradas ao sexo masculino, 2.263 ao feminino e 338 mixtas; para instrução secundaria contava o paiz nesse anno varios estabelecimentos publicos com a matricula de 5.414 alumnos.

Decompondo os estabelecimentos publicos de ensino pelas cadeiras que nelles funcionavam e comparando o numero total destas com a despesa que cada Estado fez com esse serviço, vê-se que cada cadeira custou, na média, 1:012\$067 annuaes, mas com grandes variações de Estado a Estado, como demonstra a seguinte tabella:

Estados	Cadeiras	Despesa	Média por cadeira
Amazonas.....	128	325.604\$000	2:530\$750
Pará.....	307	682.900\$375	2:221\$825
Maranhão.....	178	124.232\$795	664\$346
Piahy.....	80	53.363\$476	666\$918
Ceará.....	212	194.460\$000	917\$364
Rio Grande do Norte.....	148	101.425\$246	685\$306
Parahyba.....	93	97.338\$000	1:046\$860
Pernambuco.....	593	788.606\$560	1:329\$859
Alagoas.....	202	173.907\$302	870\$828
Sergipe.....	222	168.372\$000	759\$333
Bahia.....	692	373.135\$398	831\$121
Espirito-Santo.....	104	69.972\$901	672\$816
Rio de Janeiro.....	331	913.231\$110	1:637\$443
S. Paulo.....	1.042	600.000\$000	575\$810
Paraná.....	244	120.033\$637	492\$023
Santa Catharina.....	107	93.000\$000	887\$850
Rio Grande do Sul.....	373	481.609\$000	1:284\$290
Minas-Geraes.....	1.039	894.073\$383	544\$834
Goyaz.....	99	39.849\$647	402\$521
Matto-Grosso.....	47	49.523\$634	1:053\$694
	6.472	6,550:094\$634	1:012\$067

A simples vista reconhece-se pois que só o Estado de

Geraes, ha cerca de anno e meio, por quem bem de perto contemplou o triste quadro.

E' por demais grandiosa a magna questão do ensino publico para que um governo possa vacillar um momento na adopção de grandes medidas, ou receiar despender quantias excessivas com as escolas.

Nesta questão, disse um ministro belga, Van den Broeck não ha que attender senão a uma coisa — a magnitude do resultado. Mas, não basta despender, é necessario fazel-o proficuamente, e é isto justamente o que não se tem observado até aqui.

O Estado de Minas não é dos menos dotados na verba — instrução publica, — no Brazil, nem relativamente á população, nem ao territorio. De estatisticas resultantes de bem combinados calculos, feitos recentemente, colhi algumas informações que vem aqui de molde.

No ultimo exercicio apurado pelos dados officiaes de 1885, a despesa feita em todo o paiz elevou-se a 7,803:089\$334, o numero de matriculas nesse exercicio foi de 214.670, o que daria a média de 31\$220, desprezadas as fracções minimas, por alumno, se a matricula equivallesse á frequencia, o que aliás não acontece, pois é sabido que a frequencia representa sempre um terço da matricula.

Segundo os algarismos officiaes constantes dos ultimos trabalhos publicados pela repartição de estatistica, no anno de 1884, que é o mais completo a esse respeito, excluindo a capital federal, que em virtude da densidade de sua população não pôde ser comparada com nenhuma das demais circumscripções territoriaes, contavam os vinte Estados 6.640 escolas, com uma população de 217.084 alumnos.

Essas escolas eram quasi todas publicas; as particula-

res, na sua maior parte, não forneceram informações, por isso não se pôde obter a média para aferir o grau de diffusão que attingio o ensino naquelle anno.

Da totalidade: 3.819 escolas eram exclusivamente consagradas ao sexo masculino, 2.263 ao feminino e 558 mixtas; para instrução secundaria contava o paiz nesse anno varios estabelecimentos publicos com a matricula de 5.414 alumnos.

Decompondo os estabelecimentos publicos de ensino pelas cadeiras que nelles funcionavam e comparando o numero total destas com a despesa que cada Estado fez com esse serviço, vê-se que cada cadeira custou, na média, 1:012\$067 annuaes, mas com grandes variações de Estado a Estado, como demonstra a seguinte tabella:

Estados	Cadeiras	Despesa	Média por cadeira
Amazonas	128	325:604\$000	2:530\$750
Pará	307	682:900\$375	2:221\$825
Maranhão	178	124:232\$795	664\$346
Piauí	80	53:363\$476	666\$918
Ceará	212	194:460\$000	917\$364
Rio Grande do Norte	148	101:425\$246	685\$306
Parahyba	93	97:358\$000	1:046\$860
Pernambuco	593	788:606\$560	1:329\$859
Alagoas	202	175:907\$302	870\$828
Sergipe	222	168:572\$000	759\$333
Bahia	692	575:135\$598	831\$121
Espirito-Santo	104	69:972\$901	672\$816
Rio de Janeiro	551	913:251\$110	1:657\$443
S. Paulo	1.042	600:000\$000	575\$810
Paraná	244	120:053\$637	492\$023
Santa Catharina	107	95:000\$000	887\$850
Rio Grande do Sul	375	481:609\$000	1:284\$290
Minas-Geraes	1.039	894:073\$383	544\$834
Goyaz	99	39:849\$647	402\$521
Matto-Grosso	47	49:523\$654	1:053\$694
	6.472	6,550:094\$634	1:012\$067

A' simples vista reconhece-se pois que só o Estado de

S. Paulo teve mais tres cadeiras que o de Minas, e abaixo: o da Bahia pouco mais de metade e os de Pernambuco e Rio de Janeiro quasi metade; os do Pará e Rio Grande do Sul cerca de um terço e os demais um quinto, um quarto e menos.

Mas essa superioridade numerica, senão desapparece de todo, pelo menos diminue muito da sua importancia, comparada a estatistica das cadeiras não só com a extensão territorial, como até mesmo com a população dos demais Estados, as quaes para o caso tomarei as calculadas pelo illustrado sr. Felix Ferreira em um opusculo de propaganda emigracionista para o Rio de Janeiro:

Estados	Kilms. quadr.	População	Cadeiras
Amazonas.....	1.897.020	85.415	128
Pará....	1.149.712	412.855	307
Maranhão.....	459.884	466.752	178
Piauí.....	301.797	230.666	80
Ceará.....	104.250	938.191	212
Rio Grande do Norte.....	57.485	280.774	148
Parahyba.....	74.731	451.471	93
Pernambuco.....	128.395	1.094.000	593
Alagoas.....	58.491	297.598	202
Sergipe.....	39.090	211.491	222
Bahia.....	426.427	1.793.800	692
Espirito Santo.....	44.839	106.778	104
Rio de Janeiro.....	68.982	1.174.086	551
S. Paulo.....	290.876	1.256.031	1.042
Paraná.....	221.319	190.083	244
Santa Catharina.....	74.156	239.703	107
Rio Grande do Sul.....	236.553	652.219	375
Minas Geraes.....	574.855	2.651.653	1.039
Goyaz.....	747.311	192.674	99
Matto Grosso.....	1.379.651	72.500	47

Comparado o Estado de Minas com o de S. Paulo vê-se que este tem quasi metade da população e do territorio d'aquelle; consequentemente, tendo mais 3 cadeiras, póde S. Paulo considerar-se com o duplo das do nosso Estado; no entanto,

despendeu-se no precitado exercicio 894:073\$383, ao passo que S. Paulo despendeu somente 600:000\$, isto é, menos 294:073\$383.

No mesmo exercicio a matricula em Minas attingio a 40.781 alumnos, e a de S. Paulo a 19.630, dando pois a média da despeza por alumno n'este 30\$565 réis e n'aquelle 21\$923, despresadas as fracções minimas. D'isto se evidencia a modicidade da despeza em favor do Estado de Minas.

Mas a questão pecuniaria, comquanto de muita ponderação para as finanças, é secundaria para o ensino, pois n'esta o aproveitamento é tudo. A falta de estatisticas perfeitamente organizadas em relação a este ramo de serviço publico, como em muitos outros, inhabilita-me de entrar em pormenores a este respeito.

Passando á apreciação da relatividade das outras circumscripções, com o Estado de Minas, tomarei para termo de comparação mais: — no norte, Pará, Pernambuco e Bahia, e no sul Rio de Janeiro e Rio Grande.

O Estado do Pará tem quasi justamente o duplo da área do de Minas, isto é, este tem 574.855 kilms. quadrados e aquelle 1.149.712; quanto porém á população, o de Minas tendo seis vezes mais tem certamente doze vezes mais a densidade do Pará; o numero de cadeiras n'este, segundo os documentos que me estão servindo de base, era então de 307 e n'aquelle de 1.039, isto é, quatro vezes mais, e em relação á densidade vinte e quatro vezes mais.

Quanto á despeza, o Pará despendeu no exercicio que estou estudando 682:900\$375, sendo a sua matricula de 11.492 e o de Minas 894:073\$383 com a matricula de 40.781. A média da despeza, pois, por alumno, foi para este Estado, como já ficou demonstrado, de 21\$923 e para o do Pará de 59\$423, quasi o triplo.

Pernambuco, pouco mais de quatro vezes menor que Minas, tendo uma população correspondente a pouco mais de

metade d'este Estado, conseguintemente com uma densidade quadrupla, despendendo 788:606\$560, matriculou em suas escolas publicas 19.109 alumnos, o que dá para média da despeza 41\$268 por alumno, isto é, quasi o duplo do que custa ao Estado de Minas Geraes.

Quanto ao Rio de Janeiro, tendo matriculado 19.510 alumnos despendeu no anno a que estou me referindo, 913:251\$110, o que dá uma média de 46\$807 por alumno; e o Rio Grande do Sul despendendo 481:609\$000 teve uma matricula de 17.345 alumnos, dando conseguintemente a média de 27\$766.

De todos estes calculos resulta a seguinte escala:

Estados	Area	População	Média por alumno
1º Pará.....	1.148.712	412 855	59\$423
2º Rio de Janeiro.....	68.982	1.174.086	46\$807
3º Pernambuco.....	128.395	2.094.000	41\$268
4º S. Paulo.....	290.876	1.256.031	30\$565
5º Rio Grande do Sul.....	236.553	652.219	27\$766
6º Minas-Geraes.....	574.855	2.651.653	21\$923

D'este simples quadro salienta-se a vantagem do Estado de Minas sobre os cinco principaes do norte e sul do Brazil, no tocante á economia. Effectivamente, não ha negar, que Minas é de todos o que obtem a instrucção por preço mais razoavel.* Mas, cumpre reflectir— a economia não é nada, o resultado é tudo. Estará este para o nosso Estado na mesma porporção que a economia?—Não por certo.

Do exposto se evidencia que nem por falta de recursos pecuniarios, nem de leis escriptas, a instrucção publica deixaria de progredir em Minas Geraes. E' verdade que essas leis nem sempre foram executadas fiel e criteriosamente, nem dispendida

* Todos estes calculos foram publicados na minha *Revista do Ensino*, n. 16 e 17 de 1889.

a volumosa verba com a prudencia precisa ao maior aproveitamento, e disso provinha talvez o maximo dos males— a incompetencia do pessoal.

A começar pela instrucção primaria cumpre notar que um professor normalista, isto é, com um titulo que lhe dá a presumpção de competencia, vence annualmente 1:050\$, e sem esse titulo o professor commum apenas 720\$; passando á instrucção secundaria verifica-se que o das Escolas Normaes e dos Externatos têm annualmente 960\$, e os do Lyceu Mineiro 1:960\$. Não se dirá que esses honorarios correspondam á elevação moral do cargo. Cumprindo notar que d'aquelles exiguos vencimentos tira ainda o professor primario o aluguel da casa escolar e sua.

Felizmente pela lei de 6 de novembro de 1882 foi restabelecida a de 19 de novembro de 1873, que tornou dependente a installação de freguezia da doação, por parte de seus habitantes, de predios para escolas.

Como ter bons professores com tão mesquinhos vencimentos? Nem mesmo os normalistas são remunerados sequer regularmente; e tanto assim é que muitos delles, nem por possuirem o titulo de capacidade estão nos casos de exercer proficientemente o encargo; pois conseguiram aquella vantagem por meios abusivos e bem pouco compatíveis com a dignidade do magisterio. Esses abusos foram taes e tantos que um antigo presidente deste Estado chegou a propor a assemblea provincial a suspensão, por dois annos, da faculdade de dar esses titulos á escola normal que commettesse aquelles abusos.

Eis como instituições creadas, e não com pequeno sacrificio pecuniario, para melhorar esse ramo de serviço publico se converteram em elementos dissolventes da moralidade do ensino. Em vez das escolas normaes proporcionarem melhor pessoal ás escolas primarias, concorriam para gravar os cofres do Estado, fazendo-o pagar, por maior preço, professores que só

se differenciavam dos demais por serem portadores de um título obtido por meio do patronato e do escândalo.

Que esperar de taes professores? A julgar pelos meios porque conseguiam seus títulos, só a desidia e o defeituoso ensino originario da insufficiencia e do falseamento do aprendizado normal.

Com bem fundadas razões disse ainda o dr. Mathias de Vilhena Valladão no precitado relatório de 1887:

«— Bem lisongeiras seriam as conclusões de quem quizesse avaliar os progressos do nosso ensino pelo rapido augmento que, em poucos annos, triplicou o numero das nossas escolas normaes existentes. No entanto, não fôra a data relativamente recente de sua fundação, que não lhe permittio ainda produzir todos os seus effeitos, poder-se-ia, com justa razão, attribuir a esses estabelecimentos, aos quaes estão confiados os destinos da instrucção publica, o estado de decadencia e de abatimento em que ella se acha.»

Vem de longe a confissão publica que os antigos inspectores fizeram da decadencia cada vez mais profunda do ensino em Minas Geraes. No relatório de 1882 dizia um: «confesso, com dor, mas forçoso é fazel-o, que o professorado da instrucção primaria é em geral baldo da precisa habilitação»; no de 1885, dizia outro «o magisterio primario acha-se entregue, em sua quasi totalidade, a individuos semi-analphabetos»; no de 1886, um terceiro salientava «o estado de atrazo e de corrupção» e finalmente, o de 1887 desenrolou o sudario de miserias que em parte já deixei transcripto.

E, com um pessoal destes, é que se ha de operar uma reforma radical, completa nas escolas publicas de Minas? Elevando-se, como se eleva, o numero desses professores a mais de 1.000 poder-se-ia, para effectuar tal reforma, demittil-os ou

aposental-os? — Não, por certo; demittil-os seria lançar á míseria centenas de cidadãos, que em boa parte, já pela idade, já pela carencia de aptidões, difficilmente encontrariam outros meios de vida; — aposental-os seria sobrecarregar os cofres do Estado com uma verba assaz avultada, sem nenhum proveito.

No entanto, força é reconhecer, grande parte desse pessoal precisa ser arredado das escolas, — por inutil, senão até por pernicioso. Com o melhoramento de vencimentos nada se conseguiria do professor; por cansado ou por longamente viciado, não daria mais um passo no sentido de progredir; colheria os proventos que lhe podesse advir da reorganização do ensino, mas não procuraria correspondel-a executando fielmente o novo programma, desde que isso lhe acarretasse maior somma de applicação e de trabalho.

Si do professorado primario passar-se á classe dos inspectores municipaes e delegados parochiaes, não menos desolador será o quadro que ella nos offerece. «Os ultimos relatórios da inspectoría geral, disse o sr. desembargador Faria Lemos, quando presidente da antiga provincia, em 1886, são accordes em que o systema de inspecção adoptado só tem produzido resultados negativos. Confiada a inspectores raras vezes habilitados, e não retribuidos, a inspecção das escolas é quasi nulla.»

Apezar de gratuitos esses logares no entanto foram sempre, senão solicitados com empenho, pelo menos muito apetecidos, mas por quem? — em geral, pelos menos competentes, quando não de todo incapazes, moral e intellectualmente de exercer taes encargos, e do que tinham aliás consciencia, mas nem por isso deixavam de os acceitar, até com alvoroço, porque isso lhes dava força e prestigio de campanario eleitoral, unica e exclusivamente.

Não direi uma novidade, pois é de todos sabido que foi isso em larga escala praticado em todo Brazil durante o regi-

men decahido, mas cumpre não deixar em olvido esse elemento pernicioso, que tanto baixou o nível moral do ensino popular. Os encargos gratuitos de delegados litterarios serviram por tal forma a arranjos eleitoraes que, quando subia um dos dois partidos, entrava na chamada derrubada as demissões em massa desses funcionarios officiosos; e ás vezes, sem nenhum respeito ao decoro publico substituiu-se homens cultos por analphabetos, espiritos rectos por energúmenos.

Inspectores incapazes fiscalizando inspeccionados inha-beis; — tal era a fiscalisação local da instrução publica, não só em Minas, como em quasi todas as antigas provincias.

Mesmo nos logares onde se encontraria sem difficuldade cidadãos illustrados e amigos da instrução publica e nos casos de occupar com grande vantagem para o ensino aquellas funcções, a politica partidaria, de vistas estreitas, visando sómente sair triumphante das urnas, por todos os meios e modos, fazia preferir a negação de todos aquelles predicaos desde que tivesse o candidato a qualidade unica de ser um bom cabalista.

São amargas estas verdades, mas é preciso dizel-as, repitil-as até a saciedade para que, de uma vez para sempre, seja o mal extirpado pela raiz. Essa pratica, ha tanto tempo condemnada, mas persistente, não póde continuar. A não ser possivel escolher cidadãos nos casos de occupar esses encargos, remuneradamente, melhor seria extinguil-os; que o professor primario fique antes entregue a fiscalisação da propria consciencia, do que sujeito á de quem lhe é inferior em illustração e discernimento.

E o que direi das escolas normaes? — Melhor fôra que não existissem, na maior parte. De que servem oito dessas escolas, mal providas, com professores mal pagos, e consequentemente só podendo contar com os menos competentes,

desde que por suas habilitações e actividade não possam elles accumular outros empregos? Anteriormente quando Minas só tinha tres escolas normaes era mais bem servida.

Com um programma resumido e deficiente, com um professorado mal retribuido e quasi sem direcção, pois esta, até bem pouco, era confiada aos inspectores municipaes, mediante ridicula gratificação, de nenhum proveito póde ser ao magisterio primario, mas antes colherá maus fructos que irá por sua vez semear nas escolas, transmittindo assim o vicio da origem, que tem por elemento capital a ignorancia. Mal instruidos os normalistas, peor instruem os filhos do povo, que, afinal, são os unicos prejudicados.

Diga ainda o ex-inspector, o illustrado sr. dr. Mathias Valladão, o que são e como se dirigiam essas escolas.

« Por qualquer lado que se considere a organização de nossas escolas normaes, diz elle, no já citado relatorio de 1887, ou na sua administração, ou na situação creada ao corpo docente, ou no programma de seu ensino ou nas condições de sua installação material, por toda parte só se encontra lacunas e imperfeições.

« O primeiro e o mais saliente vício que se observa é a ausencia quasi completa de direcção. A directoria é puramente honorifica, e sem nenhum alcance pratico.

« A principio exercia esse cargo o inspector do circulo em que se achava encravada a escola normal; mais tarde, passou o logar a ser occupado por um dos professores do estabelecimento sobre a nomeação do governo, e hoje é exercida pelo inspector municipal, que recebe por seu trabalho a gratificação annual de 400\$000.

« Pela mesquinha gratificação já se descobre a nenhuma importancia do cargo; se accrescentar-se que em regra e por uma longa tradição, n'este Estado, os inspectores municipaes são escolhidos de preferencia entre os individuos que mais

se recommendam por serviços politicos, ver-se-á com toda a clareza que, para ser se director de um estabelecimento da ordem e da importancia de uma escola normal, não se precisa possuir nenhum conhecimento tecnico, nenhum titulo de capacidade profissional. Desta ausencia de direcção, resulta um facto que é muito significativo. Ao passo que por toda a parte, mesmo no nosso paiz, em alguns Estados, as escolas normaes constituem focos de grande actividade scientifica, collaborando esforçadamente na obra da regeneração do ensino, promovendo melhoramentos, elaborando projectos de reforma, discutindo com proficiencia importantes e difficeis questões de instrucção, em Minas, não se encontra nenhum trabalho serio emanado das oito escolas normaes, que funcçionam, nenhuma iniciativa que tivesse ali seu ponto de partida.»

E não obstante as facilidades das approvações, ou antes abusos do patronato e do curso deficiente e defeituoso; apesar da frequencia em geral ser mais que regular, ás vezes até avultado o numero de normalistas aproveitados pelo ensino primario não corresponde a tão grande sacrificio dos cofres do Estado; em 1886 esse numero não excedia de 117 e actualmente de pouco mais excederá; do que se infere: ou a maioria dos alumnos não se matricula nas escolas normaes para seguir a carreira do magisterio, mas sim unicamente para adquirir copia de conhecimentos aproveitaveis a outros ramos de vida, ou diante do futuro mesquinho que se lhe antolha no ensino primario recua, desanima e abandona uma profissão aliás nobilissima, mas cheia de agruras e necessidades.

Este mal está muito generalizado em todo o Brazil; mui restricto é o numero dos alumnos das escolas normaes que, concluido o curso, se dediquem ao magisterio. Na capital federal e em alguns Estados isso se explica pelo diminuto numero de cadeiras primarias relativamente aos normalistas preparados, não podendo ter todos collocação, grande parte fica

desaproveitada; em Minas, porém, não acontece o mesmo, o numero das cadeiras é avultadissimo, e no entanto, centenas dellas permanentemente se mantem vagas por falta de professores. Ainda em 1887 achando-se creadas por lei 1.480 cadeiras primarias, somente funcçionaram 999, conservando-se desprovidas 481.

Para isto só encontro uma explicação — a mesquinhez dos vencimentos; pois não é provavel que outras sejam as causas, desde que se sabe que não poucos d'aquelles normalistas aproveitados para o magisterio primario, o foram por patronato e facilidades nos exames; d'ahi se infere que os perfeitamente habilitados procuraram outras carreiras.

O certo (isto merece particular attenção) é que nem mesmo abusivamente aquellas vagas foram preenchidas na totalidade, em tempo algum. E o que tambem fica patente é o enorme dispendio que faz o Estado de Minas por esse modo, em pura perda. Males profundissimos existem que é preciso desarraigal-os com animo resolutivo e promptamente, sem o que não se poderá impulsionar a instrucção mineira.

Considerando a instrucção primaria como base que é do engrandecimento das nações, e consequentemente a que antes de tudo deve ser reorganizada em Minas-Geraes, pouco direi em relação ás condições actuaes do ensino secundario, profissional e tecnico.

Começando pelos Externatos, que em numero de cinco existem no Estado, observarei apenas que os seus resultados têm sido sempre negativos; nenhum fructo tem colhido o publico de taes estabelecimentos, porquanto nenhuma validade tem seus attestados de exames como preparatorios nas faculdades scientificas, incluindo a de Minas que funcçiona no proprio Estado. Todo o trabalho limita-se ao professor leccionar com

mais ou menos aproveitamento a materia, cujo exame no fim do anno apenas serve para apparentar a vida do estabelecimento. Por vezes tem sido pedida pelos ex-presidentes a supressão de taes escolas, nada mais justo.

Quanto ao ensino profissional existe apenas em todo o vasto e opulento territorio mineiro uma pequena escola agricola em Itabira, cujos resultados praticos tem sido nullos, e só agora trata-se de levantar um edificio para o lyceu de artes e officios, recentemente installado na capital, pelo sr. dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, quando presidente da ex-provincia.

Em relação ao ensino technico ou scientifico, além da Escola de minas que corre por conta do governo geral, com subvenção deste Estado, estabelecimento modelo que honra a nação brasileira, ha mais — a Escola de Pharmacia, da maior utilidade para Minas-Geraes e até para os Estados visinhos, mas que reclama urgentemente uma boa reforma, principalmente na sua parte material.

Tal é a rapidos traços o estado actual da instrucção publica em Minas-Geraes.

Passo a estudar agora a reforma que mais se póde coadunar com os elementos de que dispõe o Estado, de fôrma a não exigir sacrificios tamanhos que tolham o desenvolvimento de outros ramos do serviço publico.

A REFORMA

I

O ensino livre

«A liberdade do ensino, inscripta em todas as legislações, tem por si a consagração dos seculos;» disse um dos nossos homens politicos mais estudiosos, bem moço ainda roubado á patria. Effectivamente, o ensino começou inteiramente livre, a qualquer era dado exercer o professorado; o Estado nada tinha com isso; não se intromettia absolutamente na instrucção, que o cidadão fazia ministrar a seus filhos; aos paes cabia o papel de directores exclusivos do ensino.

Só mais tarde, a Grecia e Roma, impuzeram o ensino da gymnastica, com o fim de tornar os futuros cidadãos aptos para o manejo das armas; tambem a musica teve a mesma imposição na Grecia, nas escolas de ambos os sexos, como meio de adoçar os costumes. Mas isso, se importava, é certo, em uma tal ou qual intervenção, não era ainda o Estado ministrando a instrucção; sómente Sparta o fez, sob Lycurgo, que constituiu uma verdadeira excepção governamental da antiguidade. Só na decadencia do imperio romano é que appareceram escolas municipaes, franqueadas ao publico.

Mas a liberdade absoluta do ensino predominou sempre, atravessou seculos, e, em alguns paizes, manteve-se até o corrente, como na Inglaterra, que chegou até 1833; é verdade que no meio da mais condemnável prática e abusos taes que excitavam dos historiadores acerbos censuras.

A experiencia, a observação e a opinião dos mais autorizados pedagogistas, condemnaram a liberdade absoluta do professorado, e com toda a razão. Essa liberdade, como todas as outras, deve ter limites. Sou dos que entendem que a instrução nada perde com a livre concorrência de professores e systemas de ensino, mas tambem dos que julgam que o Estado deve intervir com a sua autoridade, no momento preciso, para cassar o direito do ensino a quem o exercer mal, não litteraria, mas moralmente.

Na liberdade do ensino a moralidade é tudo para a fiscalisação do governo; o mais corre por conta do individuo, que exerce a profissão; está no seu interesse exercel-a bem. Como todas as industrias, e as escolas o são para os que as estabelecem, por mais que isso pese aos que ensinam por dedicação,—a da instrução primaria e secundaria depende do favor publico, e este só se obtem pelo zeloso desempenho de um bom programma. Quem melhor ensinar, maiores vantagens pecuniarias colherá do seu trabalho, esta é a regra e não ha fugir d'ella.

Clama-se contra a ignorancia em materia de ensino; allega-se contra a liberdade do professorado ter o direito que a lei faculta ao incompetente — de ensinar o que mal sabe; mas, a essas razões, oppõe se, quanto a mim, outras mais fortes: — não será melhor saber-se pouco do que nada? não aproveitará mais á instrução popular com o professor ignorante em um povoado do que sem nenhum? A resposta é tão intuitiva que dispensa fundamentos, não obstante aqui transcreverei os seguintes trechos do notavel parecer do dr. Cunha Leitão dado ao Congresso pedagogico em 1882.

« Supponhamos que a plena liberdade de ensino primario produz, pela dispensa absoluta de provas de capacidade escolas em as quaes o ensino é mais que insufficiente, apenas elementar, quasi nullo, e professores inteiramente ignorantes, sem as mais rudimentaes habilitações, mal sabendo lêr e escrever. É impossivel, mesmo quando se realize esta hypothese, não abrir tambem o regimen da liberdade espaço a professores notaveis e a escolas aperfeiçoadas, que de outro modo se retrahiriam. Mas, consideremos a questão pelo lado tenebroso. Ora, pergunto, qual será o resultado d'esta alluviação de más escolas e pessimos professores? Será fazer descer o nivel do ensino? Será estorvar os esforços dos poderes publicos em favor da instrução primaria? Será embaraçar o progresso intellectual da nação e perpetuar a ignorancia do povo? Não. Os effeitos são mais simples, e resultam de certas leis, que invariavelmente regulam todos os factos da ordem social.

« Si o paiz está atrasado em sua civilisação; si a vasta extensão de territorio, ou falta de recursos financeiros, ou o conjuncto de ambas estas circumstancias, não permitem ao Estado, ao municipio ou á parochia, manter boas escolas publicas em todas as localidades e ao alcance de todas as povoações; si a população d'essas localidades, além de ser muito dissiminada é pobre, de modo a não poder despertar esperanza de lucros a escolas particulares, melhor organizadas, nem n'estas condições aquellas más escolas e aquelles pessimos professores, creados de entuviada pelo ensino livre, longe de serem prejudiciaes, prestarão real serviço ao paiz, porque irão transmittir os seus limitadissimos conhecimentos a individuos ainda mais ignorantes e pelo menos levarão a esses logares esquecidos o ensino da leitura e da escripta, que não sendo nada, já é muito, e que será para essas povoações analphabetas beneficio igual ao de fazer o cego, nascido nas trevas, enxergar tenuissima restea de luz. Em taes condições, essas más escolas, esses pessimos

professores, serão a primeira esperança para o ignorante, e para aquellas regiões a primeira palavra da civilização.»

São estas justamente as circumstancias de Minas Geraes. Região vastissima, de povoação extensiva; com perto de 1.500 cadeiras primarias, como autorisa a lei vigente, não poderia o Estado, mesmo dispondo de tão grande numero de bons professores, ministrar por igual o ensino primario a uma população superior a dois milhões e quinhentas mil almas, deramada intermitentemente por uma superficie quasi de seiscentos mil kilometros quadrados. Melhor será, pois, deixar que a liberdade do ensino leve ao pequeno e modesto povoado a instrucção a mais elementar possivel, do que privar uma boa parte do povo até do direito do voto, sómente porque o Estado não podendo fornecer-lhe bons professores, não consente que os tenha mãos, no sentido litterario.

Não receie o Estado que o professor inferior em luzes supplante o superior, que os paes deixem de levar seus filhos á boa escola para leval-os á má; não, semelhante receio é infundado, e a prova nos offerecem os Estados-Unidos da America do Norte; alli, onde ha liberdade de ensino, a escola particular é suplantada nas povoações ricas e florescentes pela publica, porque nesta encontram-se melhoramentos e commodidades que aquella não póde offerecer em razão da exiguidade dos recursos.

Ha sómente uma hypothese em que o professor primario particular de inferior saber póde vencer o publico de melhor preparo, é a da actividade ou dedicação. E' certo que entre o professor, embora mediocre, que ensine pouco, mas com perseverança, que é constante na escola, e o que dotado de grandes conhecimentos, della deserta e deixa correr o ensino á revelia, os paes darão preferencia ao primeiro; mas isto prova ainda em favor da liberdade do ensino, por quanto, assim indirectamente o professor particular mediocre exercerá uma fiscalisação

indirecta sobre o professor publico bem habilitado, servirá como que de aferidor do aproveitamento da cadeira mantida pelos cofres do Estado; pela simples estatistica de frequencia das escolas, comparada a particular com a publica se saberá até que ponto esta é bem ou mal dirigida.

« Si os Estados, os municipios e as parochias, diz ainda o dr. Cunha Leitão, não poderem manter escolas aperfeiçoadas em todas as localidades, e as populações tiverem recursos para organizar por si ou por meio de associações, escolas particulares dirigidas por professores habilitados, nos logares onde aquellas não forem estabelecidas; nestas condições os pessimos professores e as más escolas do ensino livre em nada serão prejudiciaes, porque, não podendo competir com aquellas outras, não supportarão a concurrencia e fechar-se-hão á mingua de alumnos. »

Os Estados pagam ás vezes bem a bons professores, mas o povo é tão mal servido como si tivesse máus; basta para isso que o individuo a quem o Estado confia uma cadeira primaria, tenha as melhores habilitações, mas falleça-lhe amor á profissão. Não raros se encontra homens muito habéis, mas muito negligentes, funcionarios da maior capacidade, que têm horror ás repartições; assim pois, muitas vezes o professor habilitadissimo póde, pela desidia, desamor ao magisterio e vicios posteriormente adquiridos, degenerar em pessimo, ao passo que um inferior em habilitações que se lança á carreira por necessidade, ganhando affecto á profissão que o salvou da miseria, perseverar e dedicar-se com tal arte que chegue a tornar-se muito habil e de grande aproveitamento.

Entendo, pois, e sustento, que para a situação actual da instrucção em Minas-Geraes, o ensino livre não só é o mais compativel com o systema de governo, que felizmente acabamos de adoptar, com applauso geral de toda a nação, como o mais util, o mais efficaç ao desenvolvimento moral do Estado. Cum

prindo, porém, circumscrever essa liberdade dentro dos limites do justo e do razoavel, isto é, adoptando um dos systemas mixtos — ensino livre com intervenção do Estado — seguidos pelas nações mais cultas nesta materia.

Cinco são os systemas nesse sentido mais bem acentuados, e são:

1.º— O direito de ensinar só podendo ser exercido por uma autorização especial dos representantes do poder publico;

2.º— O ensino livre, mas submettendo-se o professor a provas mais ou menos rigorosas de capacidade e moralidade; ficando a escola sujeita á fiscalisação dos delegados do governo;

3.º— Limitando a prova unicamente á moralidade e dispensando a da capacidade;

4.º— Ampla liberdade, sem prova alguma de capacidade e de moralidade; o Estado só intervindo nas escolas publicas e nada tendo com as particulares;

5.º— Ampla liberdade sem provas, sujeitando-se sómente á fiscalisação as subvencionadas pelo Estado.

Este ultimo systema é o seguido na Inglaterra e na Belgica; o que melhor me parece adaptavel ao nosso meio. Em qualquer ponto do Estado, em face da mais aperfeiçoada escola publica, a particular poderá abrir-se e funcção, desde que o professor o communique préviamente aos poderes competentes, e dê com regularidade conta de seus trabalhos, annualmente, conforme fôr estabelecido por lei. Nos logares onde houver delegados do Governo, isto é, autoridades escolar ou hygienica, terão o direito de visitar as escolas particulares, e fiscalisal-as, estas, em relação á observancia dos principios hygienicos, e aquellas á moralidade, tão sómente; porquanto, dos resultados práticos aos interessados cabe avalial-os e julgal-os.

Nos pontos mais remotos, nos centros mais afastados, a instrucção, seja como as seitas que a nossa extincta constituição permittia, sem fórmulas exteriores de templo, embora

sem apparato, sem utensilios proprios; funcção a aula á sombra das arvores, ao ar livre, de dia, á noite, algumas horas sómente, uma só que seja, mas funcção; que o professor seja o typo ideado pelo comediographo francez, que ensine para aprender, mas que ensine; que o alumno só consiga soletrar, assignar seu nome, se mais não lhe fôr possivel, pela deficiencia do tempo ou do mestre, esse pouco mesmo será muito para o logar onde não houver outro recurso.

Deixai que tres ou quatro paes congreguem-se em logar isolado, longe dos centros activos, e que d'entre elles eleja-se o mestre, o que mais souber, e que esse que mais saiba, mal leia e escreva; que ensine, sob a fiscalisação de seus visinhos, paes como elle, e ficai certo que aquellas creanças hão de chegar a saber mais que o professor, ainda mesmo conservando-se no logar de seu nascimento, pois bastará para isso que entre si troquem os condiscipulos as suas idéas, que o jornal alli penetre e que o livro recreativo alli encontre um ou dois representantes da geração nova que os leia. A lei do aperfeiçoamento é tão impulsora que actua sobre suas proprias forças e obriga o homem a caminhar.

O dizer popular, quando apontando o que se eleva por seus proprios meritos, affirma ter—elle aprendido por si mesmo—, não é um dito banal e sem fundamento. Homens ha que aprendendo apenas a lêr e a escrever, com tão primarios elementos, conseguem larga cópia de instrucção; são numerosos os exemplos, a biographia universal está cheia d'elles, fôra inutil aqui cital-os.

Assim, pois, o essencial é haver quem ensine, mal ou bem, pouco importa, comtanto que esse ensino seja distribuido nos logares onde não haja outros recursos.

A meu vêr, todo o desenvolvimento da instrucção popular, no vasto Estado de Minas Geraes, depende da liberdade e animação dadas á instrucção primaria.

A obrigatoriedade da instrucção primaria

Muito se tem dito e escripto a respeito deste importante ponto do ensino publico. Escriptores dos mais notaveis sustentam que a obrigatoriedade da instrucção primaria é um attentado contra a liberdade individual, a annulação do patrio poder; outros, não menos illustres, defendem com toda a energia a opinião contraria, e o certo é que a necessidade dessa lei foi reconhecida ha perto de tres seculos; mas, posto muitas nações a tenham decretado, nem todos as têm tornado effectivas, o que prova, não a sua desnecessidade, mas a difficuldade da execução.

De facto, esta tem sido tambem a causa unica que sempre fez manter como lettra morta essa mesma lei em nossa antiga legislação, tanto geral como provincial; pois na reforma do ensino da Capital Federal, de 17 de fevereiro de 1854 foi assignada a obrigatoriedade da instrucção primaria; muito antes disso, coube á Minas Geraes a prioridade da idéa, decretando-a em 1835, verdade que para revogal-a posteriormente, mas restauran-lo-a em 1871, antecipando-se assim ao projecto apresentado no anno anterior á assemblea provincial do Rio de Janeiro, pelo dr. Cunha Leitão, no que foi subsequentemente imitada por outras provincias do norte.

Uma das razões apresentadas pelos que entre nós combateram essa lei foi a da sua exequibilidade poder ser convertida em arma eleitoral. Na verdade no regimen decahido

muito era isso para temer, porquanto a paixão partidaria arrastava as autoridades, até judiciarias, aos mais condemnaveis excessos. Não affirmarei que esse receio de todo possa considerar-se dissipado; os homens são ainda os mesmos e os vícios arraigados serão de difficil e morosa extirpação; tanto, porém, já melhoramos com a mudança do systema governativo, não direi sómente em relação aos Estados Unidos do Brazil, em geral, como a cada um dos Estados confederados em particular, que acredito que a instrucção primaria obrigatoria poderá ser posta, desde já, em effectividade, com grandes vantagens, desde que o seja com as restricções que a vastidão deste Estado e a disseminação da população aconselham.

Não sou da opinião que essa lei se torne desde já extensiva a todo o territorio de Minas, mas que se applique á capital e cidades onde não só o numero das escolas primarias possa facultar o ensino por igual a toda a população escolar local, como tenham tambem capacidade para isso; ainda que nem todos os professores sejam de primeira cathegoria, mas que todas as cadeiras estejam providas.

Em uma zona tão vasta como a deste Estado, cumpre não esquecer as distancias. Além do maximo kilometrico determinado pela lei para que a creança deva ou não frequentar a escola, ao inspector do districto caberá o criterio de julgar se o caminho póde ou não ser percorrido pelo alumno, sem prejuizo da saúde, conforme a idade e o sexo; porquanto uma certa distancia, razoavel para um menino, poderá ser excessiva para uma menina, regular para um maior de 12 annos, poderá ser demasiado para um de 9, e assim comparativamente, até mesmo em relação ás forças physicas e á constituição physiologica.

Além dos casos salvaguardados pela lei, como: o de já estar preparado o maior de 13 annos e nos casos de dispensar o ensino, de aprender em casa, na escola da fabrica ou officina

em que fôr empregado, e, finalmente, de incapacidade physica, deve-se ainda ter em muita consideração a miseria, desde que no logar não haja associação beneficente ou caixa municipal, que forneça vestuario e calçado ás creanças n'aquellas condições. Seria cruel impôr multas aos paes cahidos em extrema penuria, vivendo da mendicidade, por não mandar os filhos á escola.

As penalidades devem recahir, sem excepção, e até com rigor, sobre os que dispondo facilmente de todos os meios educativos para o filho ou tutelado, os deixam crescer na ignorancia; mas resalvando sempre aquelles para quem o nfortunio é tão rigoroso que não lhes permite receber os beneficios do Estado na educação da prole. Esta isempção deve, porém, ser exclusiva dos paes, avós, irmãos ou tias dos menores, mas não estender-se ás pessoas que tenham em sua companhia creanças a titulo de protegel-as, mas na verdade para utilisal-as no serviço domestico; do poder dessas pessoas, muito pelo contrario, deve ser tirado o menor que não receba instrucção em casa ou na escola.

Um dos males que mais affligem e perseguem a infancia na orphandade, principalmente, é a da adopção por fingida caridade quando só visa a exploração de insignificantes, mas apreciados serviços; pessoas ha que não escrupulisam assignar termo de tutoria para ter criados a troco de alimento e vestuario, que dão ás vezes até parca senão usurariamente, e que levam o seu nenhum cuidado pelo futuro da infeliz creança que a boa fé do juiz lhe confia, ao ponto de deixar que as do sexo feminino sejam lançadas á perdição, ás vezes pelos filhos da casa, quando não pelo proprio tutor ou antes patrão a titulo gratuito. Outro elemento não menos pernicioso é o da classe dos mendigos, que tomam as creanças para acompanhal-os pelas ruas, como em geral praticam os cegos, que vivem da caridade publica; ora, estes, comquanto em extrema penuria, não podem ter a mesma consideração que os proprios paes.

A natureza da pena tem sido também objecto de longa discussão; querem uns que ella se limite á censura, publicando-se pelos jornaes ou affixando-se ás portas da parochia ou da camara municipal os nomes dos paes que não cuidam da instrucção de seus filhos; querem outros que as penas sejam fortes, já por meio de multas pecuniarias, já pela prisão do delinquente. Quanto a mim, opto por este ultimo systema, embora admittindo para a primeira infracção a simples admoestação publica ou particular. Entendo mesmo que a penalidade não deve ficar nos paes e tutores, mas tornar-se extensiva aos filhos e tutelados, privando os analphabetos não só do direito do voto como da admissão nas repartições e estabelecimentos publicos e subvencionados pelo Estado, até nos mais infimos empregos, para assim estimulal-os, quando adultos e no uso do livre arbitrio, a corrigir a falta d'aquelles a quem corria o dever de fazel-os instruir convenientemente.

Pensadores e publicistas eminentes vão mais longe, querendo que se dê aos conscriptos que não sabem ler e escrever os primeiros numeros do sorteio para o alistamento militar; que se tire ao analphabeto o direito de dar substituto no sorteamento para o mesmo serviço, e que o tempo d'este lhe seja augmentado, diminuindo tanto aos outros quanto mais adiantado fôr o seu grau de instrucção; e finalmente que se negue a baixa aos que insistirem em não aprender a ler e a escrever nas escolas regimentaes.

Aos paes persistentes na desidia em relação á educação dos filhos, propunha Carnot, em 1848, ás camaras francezas, que se cominasse a pena da suspensão dos direitos politicos; e Tempels queria que os analphabetos não fossem considerados maiores para os effeitos civis, que a lei estabelecesse para elles até a incapacidade juridica. Legisladores modernos da Allemanha e da França houve que propuzeram a interdicção do casamento, o direito de crear familia, ao analphabeto.

Estas medidas que á primeira vista parecem excessivas, têm sua razão de ser; pois muitos analphabetos o são por propria culpa; por mais que se esforcem os paes e tutores, insistem em nada aprender; de certa idade em diante o individuo, ainda que legalmente menor, não deixa de ter a responsabilidade dos actos que pratica; e tanto a questão da idade da lei não é fundamento para irresponsabilidades que, pelo facto de contrahir matrimonio, deixa o individuo do sexo masculino de ser menor, ainda que conte 15 annos. Impor-lhes, pois, certas penas que os forcem a desprender-se da ignorancia, é lançar mão de medidas muito acceitaveis e consentaneas com as idéas adiantadas do seculo.

Não se diga que sob o actual regimen de governo, seria isso um attentado contra a liberdade, pois ahi está a Suissa, que offerece ao mundo o raro exemplo de um povo sem analphabetos; alli a lei da obrigatoriedade da instrucção primaria longe de ser tida como aquelle attentado é encarada como o principal elemento da civilisação nacional. Antes da Escossia ser a primeira que adoptou, no seculo XVII, essa lei, diz um notavel escriptor, fallava-se na Inglaterra dos Escossezes como dos Esquimaus; no seculo seguinte, porém, eram encarados como um povo modelo em educação.

O ensino primario obrigatorio, repito, deve ser adoptado quanto antes em Minas Geraes, e muito seria para desejar que o fosse em todos os Estados Unidos do Brazil, guardando-se as restricções apontadas e outras que melhor aconselhe a sabedoria do legislador. Para a execução d'essa medida, é, porém, indispensavel um recensamento escolar annual, feito com o maior zelo e pelas autoridades policiaes, municipaes e até pelos habitantes mais notaveis do logar, constituídos em conselho parochial, como mais de espaço tratarei, e indico no projecto com que finaliso esta memoria.

III

A instrucção primaria

E' este o ponto capital da reforma do ensino no Estado de Minas, porquanto d'elle deve partir a série de melhoramentos de que tanto carece este importantissimo ramo de administração publica, para que o povo mineiro prossiga mais aceleradamente na larga estrada do progresso moral. E por isso mesmo que a reforma tem de ser profunda é que cumpre ser tambem o mais simples possivel.

A experiencia já demonstrou que os programmas pomposos, conservados como lettra morta nas paginas da legislação, não adiantam um passo; e, se não atrasam, pelo menos torna o ensino defeituoso, desigual e incompleto. Do regulamento n. 100, tão rico de promessas e tão adiantado em idéas, nenhum outro resultado colheu o Estado de Minas que não fosse o de um dispendio avultadissimo, e a decadencia pintada com mão de mestre pelo sr. dr. Mathias Valladão, n'aquellas memoraveis paginas, que extratei na primeira parte d'este trabalho.

Tudo quanto não fôr simplificar o mais possivel os programmas do ensino primario, principalmente o que deve ser executado nas povoações secundarias,—será lutar em vão pelo real melhoramento da instrucção popular. Accentúo bem este conceito que poderá ser acanhado, sob o ponto de vista das gran-

des aspirações nacionaes, mas é o unico consentaneo com a situação real em que nos achamos na escala da civilisação.

Os Estados Unidos do Brazil em geral não podem ser considerados em atrazo; agora mesmo o provaram effectuando a sua maior e mais bella revolução, tão pacifica e perfeitamente, que encheu de assombro o velho mundo. Estudados em particular, porém, cada um dos Estados, poucos serão os que se possam ter na conta de adiantados, quer pelo lado intellectual, quer pelo material.

Estamos em um periodo de reconstrucção da patria, e a verdade deve ser exposta sem rebuços. É preciso demolir-se o edificio para reerguel-o, e para que essa reconstrucção seja uma obra perduravel e boa, cavemos bem fundo novos alicerces; e é n'este sentido que entendo que devemos pôr de lado todos os velhos moldes, e vazar em novos o mais forte monolitho do nosso edificio moral.

Já demonstrei, e com documentos irrecusaveis, a que estado chegou o ensino publico em Minas, e como retrograddou elle em certos pontos, quer em relação ao preparo normal e aptidão dos professores, quer no que diz respeito ás numerosas cadeiras vagas e ao desaproveitamento dos alumnos; e tudo isto quando o Estado tinha decretado a mais larga reforma e dotado o serviço com a mais avultada somma. Provado, pois, ficou, até á saciedade, que não será por esse systema que conseguiremos attingir ao escopo desejado; urge, pois, lançar mão de outro menos apparatuso, porém mais exequivel, mais adaptavel ao nosso meio. Que a obra, por emquanto, ao menos, possa ser executada pelos operarios com que podemos contar; que os lineamentos sejam simples para que possam ser seguidos á risca.

Antes de tudo, cumpre attender á yastidão do Estado, e á difficuldade de levar por igual a instrucção a todos os pontos. Não seria na verdade justo que só aos habitantes da cidade se

facultasse o ensino, deixando os mais em plenas trevas da ignorancia; mas nada haveria de censuravel que recebessem estes menor e aquelles maior cópia de conhecimentos litterarios. E, baseados n'este principio, que poderia exemplificar até na pratica do direito e do facto, é que estabeleço para o ensino primario duas cathegorias de escolas e professores: a *primeira* para as cidades e villas importantes, e a *segunda* para as villas secundarias e povoações.

As escolas de primeira cathegoria teriam um programma mais desenvolvido, e as de segunda menos; n'estas bastaria a leitura, a escripta, as quatro operações elementares da arithmetica, e musica facultativa ao professor, isto é, se este soubesse a materia; n'aquellas, alem d'essas disciplinas, a grammatica, arithmetica, geometria, geographia, historia patria, desenho linear, de figuras e de ornatos.

Alem d'essas duas cathegorias, poder-se-ia crear nas principaes cidades uma ou mais escolas-modelo, para cada sexo; como deve funcionar conjunctamente ás tres escolas normaes, que entendo devem ser reduzidas as oito existentes.

N'essas escolas-modelo, o programma deveria abranger — leitura, calculo, lingua nacional, desenho linear, de ornatos e de figuras, musica, gymnastica, geographia, historia geral e patria, chorographia do Brazil em geral, e particularmente do Estado de Minas, noções de physica, chimica, botanica, mineralogia, geometria, algebra, direito publico, moral, economia domestica, e trabalhos de agulha para o sexo feminino.

Estas escolas deveriam ter mesmo mais de um professor, de reconhecida capacidade intellectual e moral, e provada dedicação pelo ensino. E alem dos alumnos menores poderiam ser admittidos adultos, que, ou servissem como adjuntos nas escolas de primeira cathegoria, ou que se destinassem ao magisterio, em logar onde não houvesse escola normal, afim de

a seu tempo, prestar n'esta exames vagos das materias que n'aquellas houves e estudado.

Para as cadeiras de segunda cathegoria, deveriam ser preferidos, em igualdade de habilitações, os concurrentes do sexo feminino, quer para as escolas de meninos, quer para as de meninas.

Tanto nas cidades, como nas villas e povoados, deve o Estado manter escolas nocturnas para adultos nos logares onde se matriculem mais de 10 alumnos; servindo os mesmos professores diurnos, se o quizerem, mediante determinada gratificação. O programma obrigatorio, porém, para esses cursos deve limitar-se quasi ao da segunda cathegoria, como se vê do projecto que dou em seguida a esta parte.

As escolas mixtas só devem pertencer á segunda cathegoria, isto é, nos povoados e villas secundarias, onde o numero de alumnos de qualquer dos dois sexos não seja sufficiente para manter uma escola exclusiva de um dos sexos. Nas cidades e villas importantes, porém, onde hajam algumas creanças menores de 10 annos de sexo opposto ao da escola mais proxima, poder-lhes-á ser facultada a frequencia n'essa escola sob determinadas condições

As meninas menores de 10 annos poderão frequentar as escolas de meninos, desde que a do seu sexo diste mais de dois kilometros, tendo o professor familia, que resida na casa escolar, e compartimentos apropriados onde possam as alumnas exercer as suas funções naturaes. Os meninos menores tambem de 10 annos, n'aquellas condições, poderão frequentar as escolas do sexo feminino, proporcionando-lhes as professoras commodidades que os isolem das companheiras para as alludidas funções.

O aproveitamento dos professores particulares me parece de grande vantagem para a instrucção popular, não só nos povoados, como até nas villas e cidades, em local distante

dois kilometros da escola publica existente. Subsidiar-as e animar-as deve sempre fazer o Estado, embora a competencia litteraria de taes professores seja mediocre, porquanto já disse e repito que mais vale que a creança aprenda alguma coisa do que nada. Essa animação e subsidios, por pequenos que sejam, poderão despertar o estimulo no proprio professor que, colhendo proveito de sua profissão irá se aperfeiçoando, ou em outro que poderá disputar-lhe aquelle auxilio com maior somma de habilitações.

Penso tambem que seria conveniente admittir, no caso de ser necessario, como adjunctos, mediante uma pequena gratificação, nas escolas de primeira cathegoria, os alumnos da mesma escola que, ao terminar o curso, demonstrassem vocação para o magisterio, nos logares onde não houvesse escola normal. Quando menos, poder-se-ia por esse meio obter professores com certo tirocinio para as cadeiras de segunda cathegoria, nas quaes seriam providos por concurso em igualdade de habilitações, ou mesmo sem concurso para as povoações cujas cadeiras estivessem vagas por mais de tres ou seis mezes por falta de pretendentes mais habilitados.

É esta a fôrma por que me parece dever-se organizar presentemente o ensino primario, com a maior simplicidade possivel.

Quanto a escolas de primeira ordem, as escolas-officinas e jardins de infancia,—condemno-as por impraticaveis, no quadriennio corrente, a partir deste anno.

Firmarei esta minha opinião na autoridade de um competente na materia, o illustre professor do Instituto Nacional de Instrucção Secundaria, sr. Manoel Olympio Rodrigues da Costa; diz elle:

« Não sou dos que entendem que nas escolas primarias se devem ensinar officios e artes mecanicas. A escola primaria não prepara especialistas; dirige as forças naturaes para, sahi-

dos d'ella, os individuos se dedicarem a um ramo qualquer. *Feliz da familia e do povo, cujos filhos ao sahir dos institutos primarios têm as faculdades desenvolvidas e possuem germen de conhecimentos aproveitaveis ás profissões sociaes.*

«As escolas primarias não são de applicação, pois esta se faz no proprio objecto estudado. É assim que as regras da grammatica levam a escrever e fallar com acerto relativo, e a entender o que os outros fallam e escrevem; as de arithmetica á resolução de problemas frequentes na economia domestica, e as demais tendo uma applicação semelhante. Chegue a escola primaria té ahí, terá cumprido sua missão, que já não é somenos.

«Os meninos que frequentam as escolas publicas primarias são em geral filhos de profissionaes. Pois o mestre lhes poderá ensinar em pequenas lições praticas o que os seus paes não podem fazer na maior parte do tempo que com elles convivem? E si o ensino pratico recebido em casa é incorrecto, será o da escola que o vae corrigir? Não, por certo. Desenvolvam a intelligencia, e esta melhorará a pratica adquirida em familia.»

Assigno sem restricções este parecer, por isso entendo que o Estado de Minas deve reformar o serviço de instrucção primaria, não desenvolvendo, mas restringindo o programma existente. O essencial, antes de tudo é que o ensino seja derramado por igual em todo o Estado, que todos aprendam e saibam ler e escrever; que se extinga, que desapareça o analphabeto deve ser o *desideratum* da primeira jornada civilisadora da republica mineira.

Combatamos sem treguas, a ignorancia, armemos as gerações presentes e as gerações futuras da grande arma que se chama instrucção primaria, aprendam os adultos e as creanças a manejar-a, e confiemos no futuro que elle será bello e prospero.

Se os recursos financeiros do Estado o permittissem, eu proporia ainda um melhoramento, em relação á instrucção primaria, se não de todas as cidades, pelo menos das principaes ou das localidades onde estivessem desenvolvidas as artes industriaes, fabris e manufactureiras,—seria esse melhoramento o de ter taes localidades professores habilitados, contractados, para o ensino do desenho linear, de figuras e de ornatos.

O desenho é um conhecimento valioso e o principal elemento das profissões industriaes; o Estado de Minas Geraes precisa, quanto antes, aperfeiçoar e desenvolver suas industrias, e o meio será este: habilitar o futuro operario a concorrer para esse aperfeiçoamento. Ora, para o ensino de uma materia tão especial como a do desenho, não me parece que se deva seguir o systema que foi adoptado na capital federal, de se mandar os professores primarios existentes aprender desenho para depois ensinal-o a seus alumnos. Este systema deu o peor resultado, e conforme o testemunho de um notavel artista, o sr. Zeferino da Costa, os desenhos apresentados á ultima exposição pedagogica, conseguidos por aquelle meio,—eram tão maus que o illustre pintor sacro preferira que antes não houvessem alli figurado.

Penso, portanto, que o Estado de Minas deve contractar alguns professores de desenho, habilitados pela Academia das Bellas Artes ou Lyceu de Artes e Officios da capital federal, afim de derramar methodicamente tão precioso conhecimento pelas escolas primarias das principaes cidades; obrigando-se cada professor a dar uma ou duas horas de lição diaria, a um certo grupo de escolas, que, pela sua proximidade, possam aproveitar do beneficio, determinando-se dois dias, por semana, para cada escola.

O proveito que d'isso se poderá tirar só o futuro o dirá, por emquanto basta-nos dizer que, ao ensino do desenho nas escolas primarias, devem as grandes nações industriaes a

fama e a procura de seus productos. « Jámais teremos uma industria adiantada, diz o illustrado sr. Felix Ferreira em seu livro *Do Ensino profissional*, enquanto os nossos operarios não souberem desenho. »

Tal é a minha opinião a respeito da reorganização do ensino primario, que synthetiso n'este principio que já emitti e repito : — cumpre-nos simplificar e não desenvolver o respectivo programma, pelo menos dentro d'estes quatro annos seguintes.

IV

As Escolas Normaes

Tão evidentemente ficou provada a inutilidade da maioria das escolas normaes existentes no Estado de Minas, e tão cruamente patenteam os trechos, que deixei transcripto na primeira parte deste trabalho, a decadencia dessas escolas, que julgo inutil insistir no assumpto, limitando-me por isso a indicar a sua reorganização.

Entendo, e nisto sigo sempre o principio que estabeleci — ser melhor pouco e bom do que muito e mau — que uma vez que não se pôde reorganizar a um tempo as oito escolas normaes existentes, já porque isso importaria em avultadissima despesa, e já porque, como está demonstrado, tal numero de escolas não corresponde em proveito da instrucção primaria um tal sacrificio, reduzo em meu projecto a tres sómente, sendo: — uma na capital, uma em Diamantina e outra na cidade da Campanha, com um curso de quatro annos, e o programma que formulo no referido projecto.

E' minha opinião que essas escolas devem ser internatos e com limitado numero de alumnos.

Bem sei que ha certo tempo a esta parte levantou-se uma cruzada contra os internatos, mas penso que se ha boas razões que militem em favor dessa cruzada, não procedem ellas no nosso paiz ou pelo menos em uma parte dos Estados. Ou-

vindo sempre o juizo dos mestres, peço venia para trasladar para estas paginas o parecer do illustrado professor, o sr. dr. João Carlos de Oliva Maya, a respeito deste importante ponto da educação nacional; e note-se que elle se refere á circumscripção mais adiantada do Brazil, — á capital federal.

« Considero leveza, diz o distincto e provecto educacionista, a condemnação *a priori* do regimen dos internatos, quando vejo esse systema profundamente implantado em certos paizes cultos, e não de todo repudiado por outros de igual cultura e adiantamento moral.

« O pessimismo infenso aos internatos paira no abstracto de um mundo todo feito á sua feição, não *positiva-se* na realidade das causas, sacrifica o fundo á forma, a essencialidade ás apparencias, em se tratando, como julgo ser do pensamento do governo, de construir e reger *nostram domum*.

« Si nos paizes cultos, de cuja historia escolar os pessimistas extrahem conceitos para fulminar os internatos, este systema perdura ha seculos, e não obstante as lições da experiencia e os mesmos recursos de pessoal e de dinheiro, os respectivos governos conservam-no, sem tendencia para eliminá-lo, o que faremos nós para melhorá-lo?!

« E' seductora sem duvida e cheia de encantos a these — « que a educação deve ser feita em familia ».

« Cumpre, porém, não esquecer que *a missão de educador póde ser preenchida sómente por quem é educado*; aliás essa missão e o fim a que aspira tornam-se uma utopia, susceptível das mais bizarras concepções de cada individuo.

« Ora, a familia brasileira não está educada para educar; força é dizel-o sem disfarce e francamente, em que peze-me e muito.

« A verdade proferida sobre assumpto tão decisivo para o futuro da patria, tem o grande valor dos estimulantes e reconstituintes na natureza organica, e o inestimavel merito

de superexcitar a natureza moral, determinando reacções productoras dos mais culminantes e perduraveis beneficios.

« Emquanto a educação na familia se achar no estado critico que observo, propugnarei pelo auxilio dos preceptores nos internatos, para evitar o extremo opposto que redundá no abandono da mocidade as trevas da ignorancia e aos perigos das seducções e dos vicios.

« Não ha hesitação possivel na escolha entre o mal e o minimo dos internatos e o maximo da invasão da ignorancia com o mesmo castigo dos seus aterradores conseqüencias.

« As mães de familia brasileiras do presente não são culpadas da sua inhabilidade relativa á educação dos filhos, e lastimam hoje certamente as acanhadas inspirações que receberam de seus maiores, por cujo effeito sentem reprimidos os mais sinceros e ardentes anhelos em bem da prole.

« Raros, outr'ora, e ainda actualmente, os paranimphos philopeduticos á testa das familias, não podiam estas florir em fructos litterarios; d'ahi o seu atrazo.

« Mas por isso mesmo que punge-lhes a magua por carecerem de auxilio extranho para o desempenho de tão alevantada tarefa, devem as mães, tanto como os paes, consagrar-se com carinhoso e desvelado esmero na educação dos filhos, que terão por seu turno de constituirem familias, e assumirem a tremenda responsabilidade do destino de sua descendencia.

« A educação não é cousa de nonada ou de simples intuição moral ao alcance de todos; para ser adquirida ella reclama o estudo de sciencias especulativas e positivas de maior valia, como para ser transmittida exige aptidões que se apuram e refinam com a pratica, nunca são demasiadas.

« E quaes são as familias no Brazil cujos chefes possuem o conhecimento dessas sciencias, indispensaveis para uma boa educação.

« Rarissimos se acham em taes felizes condições; o facto é este, não ha duvidar. »

Ora se isto se dá em relação á capital federal, onde outros são os elementos de instrucção e de educação, o que não será em relação a um Estado tão vasto e tão central como o de Minas? E' fóra de toda a duvida que para obter-se professores primarios capazes de instruir e educar o povo nos principios da liberdade, da independencia, do respeito ao dever e amor ao trabalho, elementos essenciaes da ordem e felicidade publicas, é necessario ministrar aos aspirantes ao magisterio não só a instrucção como a educação que os habilite a bem desempenhar a sua elevada missão.

O professor, mormente primario, precisa não só ser instruido como educado. Ora, não se dirá que a familia mineira, como, a de todo o Brazil, esteja, salvo raras excepções, nos casos de preparar, pelo ensino domestico, educadores. Seja-me licito dizer a verdade inteira sem que se tome como offensa a quem quer que seja. Fallo em these. E' das familias pobres que sahem os aspirantes ao professorado primario, e essas familias, justamente pelo nosso estado de atrazo, são, é certo, as que menos habilitadas se acham para dar aquella educação.

Moralmente fallando, a familia mineira, em geral, é um exemplo no tocante á ordem, á economia, ao trabalho e á probidade;—se as casas dos paes, como diz o prologo, — é a melhor escola dos filhos, estes as têm em Minas, como modelos, sob aquelle ponto de vista. Quanto porém, á educação social, a da vida de relações emfim, muito ha ainda a fazer, não só neste como nos demais Estados da União.

« Não é sómente, diz o illustrado sr. Felix Ferreira, em suas *Noções da Vida Domestica*, na ordem da familia que a instrucção e a educação, cousas distinctas entre si, mas que é preciso não separar, são indispensaveis tanto ás classes superiores como ás inferiores. Na ordem social é a falta de

educação que produz essa grande copia de vagabundos, de mendigos, de inimigos do trabalho, estranhos a todos os hábitos de moralidade, verdadeiros flagellos da sociedade.

« A falta de solida instrucção nas classes elevadas infunde o gosto pelo luxo e despezas exageradas, produzindo, como consequencia, a ociosidade e a avidez de todos os prazeres frivolos e até perniciosos, e dos quaes só se conhecem os mais desastrosos effeitos.

« A educação esmerada ou descuidada, a instrucção ou a ignorancia, a virtude ou o vicio, são cousas que produzem a elevação ou a decadencia, não só da familia como do Estado. Não basta saber ler e escrever para a vida pratica, precisamos de muitos outros conhecimentos. »

E são esses conhecimentos que entendo, devem ser dados por meio de uma educação familiar, nos internatos; convindo pois, que cada escola normal, com um só corpo docente, se desdobre em duas casas, uma para o sexo feminino e outra para o masculino, onde os alumnos internos recebam de par com a precisa instrucção a necessária educação.

Poder-se-ia mesmo estabelecer uma certa convivencia social entre os dois internatos, visitando-se os alumnos de cada estabelecimento em dias determinados, e nessas visitas celebrando uma especie de torneio pedagogico e litterario, com o fim de despertar entre os de um e outro sexo a emulação, desenvolver as aptidões e apurar o trato, a vida de relação emfim.

A' cada um desses internatos cumpre addicionar uma escola-modelo, conforme deixei lembrado quando tratei do ensino primario, e estabeleço no projecto de reorganização, no respectivo capitulo.

Essas escolas são o complemento do curso normal, que é a pratica do ensino. Com isso lucrará muito o alumno, e mais ainda a instrucção primaria, pois alli patentearão os

aspirantes ao professorado não só o aproveitamento das theorias bebidas na escola normal, como a vocação para a profissão, o que muito importa conhecer, para, pelas informações colhidas dos professores, avaliar-se das aptidões do normalista, quando se lhe tenha de confiar uma escola primaria. E, só assim se conseguirá a uma dessas escolas que, pelas diligencias d'aquelle que occupava a cadeira, tiver alcançado alta reputação, não se dar por successor uma mediocridade que vá destruir a obra levantada á custa de longos annos de dedicação.

A reputação de uma escola pertence ao patrimonio do Estado, é um bem que não se deve desbaratar, por isso entendendo que, quando por jubilação, transferencia ou morte do professor, que conseguiu aquella reputação, vagar a respectiva cadeira, deve a mesma ser dada de preferencia ao que mais nos casos estiver de manter senão elevar ainda mais os creditos adquiridos. Vae nisto tambem grande estímulo para o professorado.

Demais, uma boa escola é um patrimonio local, e a parochia que o adquire não pôde ficar sujeita a perdê-lo, só porque a superintendencia geral da instrucção não escrupolisa em dar por substituto de um professor distincto a todos os respeitos,—uma mediocridade de quem nada se possa esperar. Cumpre, pois, haver o maior cuidado na escolha dos successores.

E' ainda sob este ponto de vista que insisto pelos internatos, pois só ahi é dado observar mais de perto os habitos intimos do alumno-mestre; seu amor á boa ordem, ao aceio, á sobriedade; a estudar o seu temperamento, do qual tanto depende o bom ou mau ensino. O arrebatamento, a colera, a leviandade são tão máus elementos á vida do magisterio, como a laxidão, a disidia e o egoismo.

As escolas normaes são viveiros de professores, urge, pois, instituirlas sob todas as condições de aperfeiçoar o mais

possivel o producto. Desde que o Estado despende largamente no sentido de dotar a instrucção primaria com bons preceptores, desde que, por vencimentos satisfactorios, vitaliciedade do emprego, e pela jubilação lhes garante o futuro, justo é que de tudo isso tire tambem certas compensações; e que dentre estas seja a principal—conhecer de perto aquelle a quem assegura o bem estar e a posição social.

As escolas normaes devem ser, pois, estabelecimentos experimentaes, de mutuo proveito, tanto para o Estado como para o professor; que este ahi encontre todos os elementos que o habilite ao exercicio da profissão que prefere e que aquelle alli tambem tenha os elementos de observação de que carece para melhor poder julgar d'essas habilitações.

Inspeção do ensino

Este ponto não é menos importante que o precedente, porquanto não basta estabelecer boas escolas primarias, com professores excellentes e optimo material,—é necessario fazer tambem com que tudo isso se torne aproveitado. Em relação á instrucção publica é o caso de coagir o beneficiado a receber o beneficio.

A escassa frequencia das escolas é um facto quasi se pôde dizer universal; por toda a parte nota-se a mesma tendencia da população escolar para a ignorancia, secundada fortemente pela desidia dos paes. Na França, para combater esse mal chegou-se ao ponto de premiar pecuniariamente a titulo de auxilio para o estudo, ao alumno que durante o anno fosse 176 vezes á escola primaria.

O mal não é só nosso, é geral, como tambem não é privativamente nosso o descumprimento dos paes e professores: é verdade que n'este particular podemos disputar a palma a qualquer Estado da União do Brazil ou fóra d'ella.

Se os paes pouco se importam que os filhos sejam ou não assiduos á escola, menos ainda o professor; incumbir, pois, a estes a fiscalisação da obrigatoriedade, seria o mesmo que nada fiscalisar.

A inspecção local, com a obrigatoriedade do ensino, é

preciso que seja feita com o maior zelo possível, e ao mesmo tempo com a rectidão da magistratura. Cumpre ser severa, mas justa. O inspector de districto, delegado do inspector geral, ou superintendente do ensino, deve possuir qualidades taes que o ponham acima de toda a suspeição; que o povo n'elle confie, e esteja certo que não será nem docil instrumento dos poderosos, nem tão pouco se deixará levar por informações, e menos seja capaz do menor acto de perseguição ou de vingança pessoal.

A inspecção deve abranger o professor e o alumno, isto é, se este frequenta a escola e se aquelle n'ella tem igual assiduidade, e cumpre fielmente seu dever. Isto demanda certa actividade e muito criterio, principalmente. A fiscalisação deve ser exercida por igual em todas as escolas publicas e subvencionadas e sobre toda a população escolar posta ao alcance d'essas escolas.

Desde que o Estado mantem uma escola, ou a subvenciona, tem o direito de exigir a fiel observancia da obrigatoriedade do ensino da parte da população que a rodea no perimetro determinado por lei. Assim tambem a essa população cabe exigir da parte do professor a sua permanencia no estabelecimento e zelo no ensino. Clamorosa seria a injustiça de obrigar os paes a mandar diariamente os filhos á escola, cujo professor a fechasse frequentemente por futil pretexto ou se entregasse á ociosidade, deixando aos alumnos o cuidado de passar o tempo como melhor lhes aprouvesse.

Penso que se poderia, combinando essa dupla fiscalisação, crear dois agentes fiscalisadores: um por meio do inspector do districto, pago pelo Estado, armado de todos os poderes para exercer em relação ao professor e á população escolar a mais proficua vigilancia, o outro, por meio do Conselho parochial, formado dos paes em numero indeterminado servindo gratuitamente e acompanhando com a maior solicitude a vida da es-

cola, do professor, do alumno e até do inspector de districto, em relação ao ensino.

Este Conselho parochial, se fôr bem encaminhado em sua iniciação, se os altos poderes do Estado lhe derem todo o prestigio, virá a ser ainda de grande alcance para o progresso da instrucção primaria, acabando talvez por firmar-se e dispensar o inspector subvencionado; não direi n'estes dez annos, mas d'aqui a quinze ou vinte, quando uma nova e mais bem preparada geração substituir a presente, na representação popular.

Aquelles que conhecem a situação admiravel da instrucção publica nos Estados Unidos da America do Norte, e, tão notavel, que obrigou as nações adiantadas da Europa a enviar as mais competentes autoridades na materia a estudal-a n'aquelle grande campo de acção, não ignoram, por certo, que todo esse grande desenvolvimento que tornou essa nação modelo no derramamento do ensino popular,—é devido principalmente á iniciativa particular.

Mas essa iniciativa não se apresentou de chofre, como muitos pensam; para que ella fosse, como é hoje, tão pujante quanto invejavel, os governos tiveram de trabalhar na sugestão, no inicio, na organização e progresso.

E' esta, no caso vertente, a missão actual do governo do futuro Estado de Minas; e creio não laborar em erro, que se fôr dada toda a attenção que merece a idéa que avento,—da criação de conselhos parochiaes,—formados dos paes, como auxiliares a principio dos inspectores, esta será a origem da iniciativa particular, que, dia virá, hade ser o centro e a vida da instrucção do povo a mais aperfeiçoada possível, tão forte e tão productora, como presentemente é nos Estados da União Norte Americana.

O Conselho parochial, como imagino, não deve ser modelado por nenhuma fórmula regulamentar de caracter

geral; que cada parochia, ou povoado forme o seu, como melhor entender; que se consagre exclusivamente á instrucção primaria ou abranja outras medidas auxiliares em proveito da localidade, pouco importa, com tanto que não tenha absolutamente nenhuma cõr politica, que se não envolva em eleições; que a outros grupos fiquem taes cuidados.

O Conselho parochial, instituido pelos chefes de familia da localidade se regerá, pelo regulamento que estatuir, podendo a sua formação partir ou da iniciativa de qualquer cidadão ou do inspector de districto, ou ainda dos dois conjunctamente. O fim principal será promover a vida escolar, já formando uma caixa para fornecer livros e vestuarios ás creanças pobres, já aconselhando os paes a enviar os filhos ás escolas, já prestando ao professor todo o apoio moral, superintendendo na criação de escolas particulares, onde não as houver publicas, ou mesmo havendo, e cursos nocturnos, para os quaes procurará encaminhar os adultos por todos os meios suasorios e emulativos, auxiliando os tambem com livros, papel, lapis, etc.

O Estado poderá conceder um pequeno auxilio ao Conselho, que, pela pobreza local, isso necessite, principalmente nas localidades onde não houver escolas publicas; bem como subvencionar a escola particular creada sob os auspicios do mesmo Conselho, e segundo as suas informações prestadas ao inspector de districto, do qual poderá appellar para o superintendente geral do ensino, se por ventura aquelle não o attender convenientemente ou procurar exautorar o Conselho. Entre a escola particular creada por iniciativa individual e a instituida pelo Conselho, será sempre esta preferida para a subvenção, pois só assim se dará a precisa autoridade a esses centros auxiliares.

A's municipalidades competirá, talvez mais tarde, subvencionar esses Conselhos; por emquanto, porém, cumpre

que o Estado directamente o faça, independente dos favores que possa prodigalisar as municipalidades. O essencial é que esses centros tenham todo o apoio moral do governo e auxilios compatíveis com os recursos do Estado, sem que no entanto, e jámais, esses auxilios façam face a todas as despesas do Conselho; por mais pobres que sejam os recursos d'este, deve-lhe caber uma parte do sacrificio pecuniario, embora para isso recorra á generosidade das pessoas ricas da parochia, do municipio, do Estado, da Federação ou de qualquer parte do mundo.

Quanto aos inspectores de districto, que tem de substituir os delegados actuaes, entendo que devem ser tantos quantos os districtos em que fôr dividido o Estado, abrangendo um certo numero de escolas publicas e subvencionadas, que caibam no limite da fiscalisação semanal, isto é, que cada escola receba, pelo menos, uma visita por semana do inspector de districto, visita essa que não poderá durar menos de duas horas, para assistir ás lições, attender ás reclamações e verificar o estado de conservação do respectivo material.

Segundo indico no projecto de reforma, com o qual termino este trabalho, o inspector terá uma remuneração de 200\$ a 300\$ mensaes, quando não exerça nenhum outro encargo; accumulando, porém, por exemplo, o de delegado da inspectoría de hygiene, ou qualquer outro que deixe tempo livre para a fiscalisação das escolas a que for obrigado visitar, perceberá metade d'aquelles vencimentos.

Penso que nas pequenas cidades e villas, onde com duas horas de viagem se possa ir e voltar á escola mais longinqua da circumscripção, poder-se-ia admittir como inspectores os pharmaceuticos formados, não os praticos ou com licença para ter pharmacias desde que acceitem a incumbencia por metade d'aquelles vencimentos.

Adoptando a autorisada e competentissima opinião do

illustre cidadão Ruy Barbosa, a quem se deve o mais luminoso e completo estudo sobre o ensino publico, entendo que o logar de inspector deve ser de accesso para o professor primario. Justa recompensa de seu zelo e aturada applicação, desde que conte pelo menos dez annos de magisterio effectivo e tenha dado provas publicas de seus merecimentos, honestidade e aptidões.

Este alvitre poderia mesmo ser tomado desde já, isto é, por occasião de reorganizar-se o ensino, em relação aos actuaes professores, mas usando com a maior sobriedade e circumspecção, como a mais elevada das recompensas áquelles que mais se distinguiram neste ultimo decennio ou mesmo quinquennio. Estendendo até essa especie de recompensa aos professores das escolas normaes que se extinguirem; seria esse o meio de aproveitar a parte mais apta desse pessoal.

Essa graduação para os professores primarios será de muito proveito para o progresso e aperfeiçoamento da instrucção publica, porquanto ella só por si será motivo de attracção aos espiritos bem preparados, aos talentos e aptidões que fugiam até aqui do magisterio por ser talvez a unica carreira que não abria campo a aspirações, pois as escolas primarias pareciam ter na porta aquelle famoso verso do poeta italiano que faz perder a esperanza aos que a penetram. A jubilação ou a morte—eis o unico fim do professor primario. Desde que, porém, lhe seja accessivel o logar de inspector de districto, outro futuro se lhe antolhará, outros horisontes se lhe dilatarão diante dos olhos, e conseguitemente tambem outros serão os aspirantes á carreira.

Ao professor primario deve-se offerecer larga copia de beneficios: premiando os bons compendios que escrever; recompensando-o pelo excesso de trabalho; consultando-o sobre melhoramentos de ensino, quando para isso tiver habilitações; facultando-lhe a mudança de cadeira quando assim se torne

necessario sua saúde, á de pessoa de sua familia, ou mesmo ao seu bem estar; promovendo-o a professor de escola-modelo, de escola normal, a inspector de districto e até a superintendente geral do ensino.

Sim, a superintendente geral, ao logar mais elevado, ao apice da administração, se a tanto chegar o seu merecimento, zelo e amor á instrucção popular. Que o systema politico, que ora felizmente nos rege, seja uma realidade, que o cidadão se eleve pelos seus proprios merecimentos e valia.

E' assim que se procede em toda a parte do mundo, onde impera o verdadeiro progresso civilizador; de qualquer posição do cidadão seja chamado aos mais altos encargos desde que para isso tenha a precisa competencia. Agora mesmo occupa o logar de ministro da agricultura dos Estados do Canadá um simples vigario de uma das mais obscuras parochias do mesmo Estado. Que exemplo e que emulação!

VI

O Ensino Secundario

Pouco direi sobre este ponto, perquanto penso que ao Estado cabe distribuir com a maior largueza e o mais aperfeiçoadamente possível o ensino primario; o secundario porém, compete aos paes, que para isso tiverem recursos, dal-o aos filhos, os tutores aos pupillos, e mesmo até se o quizerem, o municipio aos municipes, mantendo para isso a respectiva municipalidade um ou mais lyceus, por meio de uma taxa especial cobrada na zona que gozar do beneficio.

O ensino secundario deve constituir industria particular, industria que, por ser de grandes vantagens moraes cumpre por isso mesmo ser patrocinada pelo Estado; assim por exemplo: taes estabelecimentos poderão ser isemptos de todo e qualquer imposto, inclusive o predial. Poder-se-ia mesmo favorecer a edificação de casas especiaes para tal fim, cedendo terreno gratuitamente onde os houver publicos, e isemptando de impostos o material importado para a respectiva construcção e adornos.

O Estado poderia ainda concorrer com parte do capital preciso a feitura do edificio e a aquisição do terreno onde não tiver para doal-o, mediante certas condições que assegurassem a perpetuidade do estabelecimento; isto é, que jámais o edificio fosse applicado a outro mister.

Com relação aos professores d'essas escolas seria de bom conselho, talvez, dar-lhes a preferencia nas nomeações para inspectores de districto, desde que não houvesse no local professor primario, que tivesse esse direito como accesso; ou qualquer emprego que podesse exercer cumulativamente sem prejuizo de nenhum d'elles.

Prefereria enfim até subsidiar as escolas de ensino secundario, com a condição de admittir um certo numero de alumnos pobres que se distinguissem nas escolas primarias do Estado, a mantel-os directamente pelos cofres publicos. Penso que ás municipalidades, principalmente, compete promover a criação d'essas escolas por meio de empresas particulares, e auxilia-las quanto lhes caiba em posse.

E' minha opinião que devem ser extinctas todas as cadeiras de ensino secundario existentes nos externatos e até mesmo o Lyceu Mineiro, sendo o pessoal d'este aproveitado para as escolas normaes e inspectorias de districto.

Fique á iniciativa particular o encargo da instrucção secundaria, pois uma vez que o Estado não pôde proporcionar a todos, seria injustiça dal-a a uns com prejuizos de outros.

Será essa uma das missões que no futuro desempenharão brilhantemente os conselhos parochiaes, si se lhes der como espero, toda a animação e importancia.

VII

O Ensino Profissional

As mesmas razões que militam contra o ensino secundario prodigalisado pelo Estado, parecerá a primeira vista que deveria subsistir contra o ensino profissional, se não se attendesse a duas ordens de considerações, que mui resumidamente passo a expender.

A primeira refere-se aos Estados Unidos do Brazil em geral, e a segunda particularmente ao Estado de Minas.

Sob o ponto de vista geral, força é reconhecer: que tão urgente se torna a diffusão da instrucção profissional, quanto a restricção da liberdade do ensino academico. Esta liberdade, que augmentou consideravelmente a classe dos homens formados, sobre baratear os titulos scientificos, avolumou a do funcionalismo, que é o refugio do medico sem clinica, do advogado sem clientela, e até do pharmaceutico, que prefere a humildade de um emprego quasi servil nas grandes cidades, a independencia de sua profissão no interior.

Nada menos productivo para o paiz do que a parte das classes scientificas, que frequenta as academias com o unico fito na obtenção de um titulo, que o torne distincto, que lhe dê a preferencia nos empregos publicos, que lhe faculte a presumpção de saber, que lhe sirva para tudo enfim, menos para o exercicio da profissão a que esse titulo autorisa. Essa parte

das classes scientificas mais communs no paiz como a da medicina, do direito e da engenharia, é, certamente, alem da menos productiva, nulla, senão até pernicioso. Não seria talvez tão crescido e numero dos funcionarios publicos de certa categoria, se o dos pretendentes diplomados não fosse tão volumoso.

O mal desse funcionalismo, reconhecido e proclamado por nacionaes e estrangeiros, foi sempre o de não aproveitar-se as aptidões para os empregos, mas crear estes com o fim, ás vezes exclusivo, de accomodar pretendentes.

Sob o decahido regimen monarchico, talvez mesmo pela predilecção que tinha o ex-imperador pelas sciencias, todos os cuidados se voltavam para as academias, para cuja manutenção não se regateavam sommas por mais avultadas que fossem. E as continuas reformas de que o ensino superior era objecto, foi até o ponto de attingir a uma liberdade, que produziu em boa parte bachareis em direito com um curso de alguns mezes; Caixeiros de cobrança, e empregados publicos, aproveitavam a estada temporaria nas cidades onde funcionavam as academias, para obter os pergaminhos com que ora se ostentam de par com os que consagraram longos annos a aturados estudos, e firmaram seus cursos superiores na base de preparatorios regularmente estudados.

E ao passo que a derrama dos pergaminhos se fazia por processos tão pouco dignos da sciencia, mesquinhos subsidios eram parcamente distribuidos a algumas escolas profissionaes, e essas mesmas incompletas; de sorte que os Estados Unidos do Brazil ao chegar ao ultimo decennio do seculo XIX ainda não conta uma só escola verdadeira de ensino profissional theorico-pratica. O proprio Lyceu de artes e officios da capital federal, com mais de trinta annos de existencia, que incontestavelmente é a primeira escola no seu genero de toda a America do Sul, não tem officinas, mas somente aulas artisticas, litterarias e scientificas.

Desse condemnavel abandono em que até aqui tem jazido o ensino profissional, resultam: o nosso atrazo industrial que chega a ser vexatorio e uma boa massa da população com certa somma de conhecimentos, e por isso mesmo incompativel com os trabalhos servis, fugindo das industrias pelo estado de abatimento em que se acham, e procurando tambem no funcionalismo a necessaria subsistencia.

E' certo que para a industria agricola existem no paiz algumas escolas theorico-praticas, mas tão mal organizadas e providas de professores, que os resultados até agora apresentados tem sido absolutamente negativos; para exemplo bastaria citar a da Bahia, que degenerou em uma defeituosa faculdade de agrimensores, que têm ido pejar as repartições publicas, uns a pretexto de desenhistas e outros mais francamente como simples escripturarios.

O Brazil é um paiz tão vasto quão opulento da maior variedade de materia prima, que a falta de industria ou conserva desaproveitada ou exporta para os paizes estrangeiros, para depois ser reimportada em manufacturas e artefactos. Desenvolver, pois, as industrias fabris e manufactureiras, diffundir o ensino profissional, educar convenientemente as novas gerações operarias, é preparar um grande futuro para a patria; consequentemente, todas as sommas, por maiores que sejam, dispendidas com este objecto, representam o emprego de um capital productivo como nenhum outro.

Na nova phase politica em que entrou a nação brasileira, nenhum ramo de administração publica deve ser mais cuidado nem mais desenvolvido do que o do ensino profissional, por quanto d'elle depende todo o engrandecimento nacional e toda a riqueza publica; pôde-se dizer sem receio de errar: no dia em que os Estados Unidos do Brazil for um paiz industrial, como presentemente são os Estados Unidos do Norte, seremos por certo uma das mais florescentes e po-

derosas nacionalidades não só do novo como também do velho mundo.

Não ha n'isto o menor exagero, e passando a segunda ordem de considerações a que acima alludi, bastaria limitarmo-nos a Minas-Geraes para demonstrar á saciedade o quanto a sua riqueza, tanto publica como particular, depende do ensino profissional.

Possue esta extensa e bella região enormes mattas de preciosas madeirás, jazidas de ferro excellente, os mais bellos mármore, feldspathos e kaolins, que só esperam a mão habil do artifice para transformar tudo isso em objectos de apurado labor e alto preço. Actualmente mais de vinte fabricas de tecidos, isto é, tantas quantas possuem todos os demais Estados, funcionam em Minas-Geraes, offerecendo pois trabalho a centenas de operarios. E o que dizer d'esses uberrimos campos, que darão pasto as mais pingues manadas e para as quaes o comprador nos baterá á porta, e desenvolvidas culturas dos melhores cereaes, que farão d'esta zona o celeiro da capital federal e talvez de outros Estados, quando o operario dos campos disputar em conhecimentos, que lhe são proprios, com o operario das fabricas e officinas, no dia em que o ensino profissional for tão derramado como o primario.

Entendo, pois, que n'este como n'aquelle ramo educativo, o Estado não póde, não deve regatear sacrificios, mas antes fazel-os amplos e completos. E n'este sentido crear pelo menos tres escolas de artes e officios, e tres escolas agronomicas; no centro, no sul e no norte de Minas Geraes; aproveitando pela proximidade quanto possivel dos estabelecimentos em suas respectivas zonas, o professorado de um em favor de outro, nas materias necessarias a ambos.

Penso, porém, que as escolas, tanto industriaes como agricolas, devem ser theorico-praticas, desde seu inicio; para não cahir no estado embaraçoso em que se acha o Lyceu de

Artes e Officios da capital federal, que, com cerca de 80 professores e uma frequencia superior a 1.500 alumnos, ainda é hoje quasi que inteiramente dependente dos cofres publicos, que o subsidia com 60:000\$ annuaes; isto porque não tendo officinas proprias, nada produz em bem de seu patrimonio pecuniario.

De modo diverso procedeu-se em Montevideo, cujo Lyceu de Artes e Officios fundou-se pelos moldes do congeneres fluminense, solicitando até d'este os seus regulamentos e informações sobre o systema de ensino; e no entanto, como teve desde logo o cuidado de collocar a officina pratica ao lado da aula theorica, conseguiu em menos talvez de quinze annos ser um estabelecimento productivo, mantendo-se hoje com seus proprios recursos. Para demonstrar o resultado colhido por esse meio, basta dizer que um pequeno navio a vapor de guerra foi todo construido n'essas officinas.

O Estado de Minas deve, pois, crear os seus lyceus com aulas de desenho geometrico, de ornatos, de figuras e de machinas, esculptura, pintura ornamental, architectura, chimica industrial, physica experimental, etc., de par com as officinas, pelo menos de carpinteiro, marceneiro, torneiro de madeira e metaes, esculptura em madeira e pedra, ceramica, ferreiro, ourives, gravador, lithographia, imprensa, typographia, encadernação, etc.

Assim também, nas escolas agricolas, em face das aulas de economia, escripturação, chimica agricola, physica, botanica, zoologia e veterinaria, etc., -- os campos praticos da floricultura, arboricultura, sericultura, viticultura, amanho de prados, criação de animaes, etc.

Tanto em umas como em outras escolas, para as quaes se deverão contractar professores os mais habilitados e competentes, o ensino deve ser o mais pratico possivel, sem jamais deixar o alumno cahir em theorias abstractas.

Penso que as escolas agricolas devem ser internatos e os lyceus de artes e officios, externatos; sendo os alumnos tanto de umas como de outras, matriculados por meio de contractos firmados pelos paes ou tutores, afim de que não sejam retirados do estabelecimento nem antes de completar o curso e o aprendizado, nem tão pouco de remunerar por dous ou tres annos, a salario modico, as despesas que com elle houver feito o Estado. E será com taes compensações que se virá a manter, desenvolver e multiplicar essas utilissimas escolas.

VIII

Ensino technico

Como complemento da instrucção que o Estado de Minas compete dar ao povo, de accordo com as actuaes circumstancias, entendo ser de muito proveito o ensino technico ou scientifico, que mais possa ser utilizado na sua immediata applicação; e n'este sentido penso que devem ser conservadas, melhoradas e ampliadas as escolas de Minas e de Pharmacia.

A Escola de minas é de iniciativa do antigo governo geral, posto que subsidiada por este Estado, e ainda se acha ligada ao governo federal. Desligada, porém, como estou certo que será, da Federação, necessariamente ficará a cargo exclusivo d'este Estado.

O ensino da Escola de minas tem sido e será sempre de muito aproveitamento a esta vastissima região, convindo, talvez, amplial-o no sentido de dar-lhe um caracter polytechnico, com o fim de facilitar a carreira de engenharia á mocidade mineira, criando, assim, um viveiro de profissionaes de que virá em breves annos a carecer este Estado, para as suas estradas e estabelecimentos industriaes.

Quanto á Escola de pharmacia, me parece de bom aviso refundil-a completamente, addicionando-lhe uma escola de medicina, cirurgia e pharmacia, certamente uma das mais ne-

cessarias das escolas superiores ao Estado de Minas, attenta a sua vastidão e dissiminação de população.

E' de todos conhecida a grande falta que ha de socorros medicos e pharmaceuticos em nossos centros. Do relatorio da inspectoría geral de hygiene consta que grande parte de nossas pequenas cidades, villas secundarias e povoados não tem medico, nem pharmacia; em muitos logares exerce cumulativamente o emprego de medico e parteira esta ultima sem nenhum titulo de habilitação; e os remedios vendem-se nas tabernas e lojas de miudezas.

Por esta simples noticia vê-se de quanto proveito seria desenvolver o ensino da medicina e pharmacia, entre os mineiros; devendo mesmo as municipalidades auxiliar os filhos das localidades, que, por falta de recursos, não se dedicam a essas carreiras, para as quaes aliás manifestam vocação.

Seria esse o meio de conseguir talvez não só o augmento da classe medica, como a sua dissiminação pelo Estado, regressando ao logar de seu nascimento aquelles que com auxilio da respectiva municipalidade fizessem um d'esses cursos.

Não entrarei em largas considerações a este respeito por entender também ser esta materia, pela sua especialidade, mais para ser tratada em outro logar, porquanto o principal assumpto com que me devo occupar é certamente o da instrução primaria, o qual procurei esmiuçar o mais possivel, estudando-o de todos os pontos de vista.

Em relação ao ensino technico, pois, só me cabe aqui dizer que presentemente deve ser cuidado nos dois ramos apontados:—o da engenharia e o da medicina e pharmacia. A cultura das demais sciencias podem ser guardadas para mais tarde, depois que a instrução primaria estiver tão deramada que nem um decimo da população seja analphabeta, que a mecanica e as industrias tenham profissionaes em numero sufficiente para dar-lhes todo o desenvolvimento, e que

nos mais afastados centros não falte ao povo os soccorros da medicina e pharmacia, por carencia de competentes, que exerçam a profissão.

A cultura das sciencias elevadas bem como a das bellas artes na sua mais alta acceção não é ainda para o Estado de Minas; seria um luxo dispendioso e até prejudicial á instrução popular, a criação de institutos destinados a taes cultivos; o que se poderia fazer e seria mesmo de muito proveito, era auxiliar ou subvencionar faculdades ou universidades livres, fundadas por iniciativa particular.

Entendo que o Estado de Minas deve fomentar essa iniciativa por todos os meios, animar-a, protegê-la quanto possivel; fazendo com que se estabeleça instituições destinadas a propagação e ao ensino das bellas artes e das sciencias naturaes, juridicas e sociaes, mas de fôrma que não assuma o compromisso de mantel-as exclusivamente á custa dos cofres publicos.

Quem conhece o que tem feito a iniciativa particular na Inglaterra, na França, na Allemanha e nos Estados Unidos, não se admirará por certo d'esta minha insistencia e confiança em tal iniciativa.

Na Inglaterra, as associações particulares mantem escolas, muzeus, bibliothecas e jornaes de propaganda, que estendem sua esphera de acção aos mais remotos paizes do mundo. O Estado as subsidia limitando, porém, a sua interferencia a receber os relatorios annuaes, nos quaes, é certo, exige que lhe dêem strictas contas do emprego dos dinheiros publicos e sobretudo dos resultados colhidos. E nos Estados Unidos, simples particulares têm levantado só com seus recursos, universidades inteiras e organizado bibliothecas completas. Um industrial de Chicago, depois de construir uma casa para universidade, doou-lhe o patrimonio necessario a

manutenção do professorado e não contente com isso quando viu em estado florescente o objecto de sua criação, offereceu-lhe ainda grande e bella bibliotheca.

Taes exemplos me animam a crer que da iniciativa particular muito terá que esperar este Estado. Oxalá o saibam animar e comprehender.

IX

Casas, mobilia e utensilios escolares

Não seguirei o exemplo que acaba de dar o Estado da Bahia, decretando casas especiaes para todas as escolas primarias, porquanto reconheço senão a impossibilidade de levar a effeito tal medida pelo menos o avultadissimo dispendio que para isso seria necessario em um Estado como o de Minas, e talvez mesmo aquelle do norte.

Reconheço que de uma boa casa depende uma boa escola, e bem desejaria que todas podessem ser edificadas, não com a mais apurada architectura, mas com certa elegancia, singeleza, e sobretudo sob as mais imprescindiveis regras hygienicas; desde que, porém, se não pôde fazer isso, seja ao menos preferida a casa para a escola dentre as que melhor se adaptarem a esse fim.

Como edificação especial poderia aqui apontar modelos; não me seria difficil mesmo entre os milhares de estampas, que existem publicadas nesse genero, escolher e até reproduzir pela xylographia ou photogravura, as que melhor me parecessem servir para o caso; repetirei, porém, aqui o que disse em relação aos programmas,— não falta onde escolher nem isso é difficil, mas o que cumpre é saber se serão taes modelos exequiveis como medida geral, dentro dos recursos do Estado.

Penso que alguma coisa se deve fazer, e desde já, mas com a mesma prudencia relativa á do programma de ensino. Assim, pois, é minha opinião que as escolas normaes e as esco-

las-modelo devem funcionar em casas feitas propositalmente, segundo os preceitos da moderna pedagogia. Quanto, porém, as escolas primarias, as edificações especiaes devem começar na capital para d'ahi passar as grandes cidades.

Adoptado um plano, para a capital, cumpre ahi ser applicado a todas as escolas primarias urbanas, podendo as suburbanas soffrer alguma modificação. Em cada cidade, poderá ser admittido um typo diverso do da capital; o typo, porém, escolhido predominará em todas as escolas de uma mesma cidade, para que a igualdade do ensino não possa soffrer quebra pela desigualdade da habitação.

O essencial é que as casas sejam, de preferencia, asobradadas, de pé direito bastante elevado, isolada e o mais possível afastada das egrejas, pelo rumor dos sinos; dos hospitaes pelas exalações; dos grandes estabelecimentos industriaes ou mercantis e até das repartições publicas, pelo vozear que perturba o silencio necessario á escola. As salas das classes devem ser desviadas do alinhamento das ruas, e preferivel a fôrma em hemicyclo por mais acustica, e melhor se prestar a vigilancia do professor. As paredes e tectos pintados a oleo ou a cal de um colorido suave, que não fira a vista; as janellas bem altas e os peitoris postos fóra do alcance da cabeça dos alumnos afim de evitar a distracção com o que se passa fóra.

Nos logares onde fôr possível ter pateos ajardinados, ahi deve ser o recreio no intervallo das aulas e o aprendizado da gymnastica, as latrinas e mictorios, de jacto continuo, sempre que fôr possível, com lavatorios proximos.

Na adaptação das casas particulares se procurará conseguir o mais possível todos esses melhoramentos; não se permittindo, de modo algum, que em casas muito baixas, sem soalho e sem tecto funcionem escolas publicas.

Quanto á mobilia, não darei preferencia á nenhuma dentre as mais aperfeiçoadas, posto, no entanto, entenda que as escolas

normaes e as escolas-modelo, pelo menos, devem ser caprichosamente mobiliadas, para melhor comprehensão do ensino pratico. Mas essa preferencia será dada ao systema que reunir as qualidades de solidez e modicidade de preço, á singeleza da fôrma.

Para as escolas primarias, penso ser melhor abrir concurso entre os industriaes do Estado, afim de não só por esse meio animar a industria nascente, como forrar a despeza do transporte das mobílias importadas do estrangeiro, e obtel-as por preço mais razoavel. Alem disso esse será o meio de conseguir dar a esses moveis um certo cunho de nacionalidade, mais de accordo com o nosso clima.

Seria talvez conveniente ou organizar-se uma exposição de mobílias escolares estrangeiras para os industriaes estudal-as e procurar imital-as ou mobiliar primeiramente as escolas normaes e escolas-modelo, para, nas respectivas, zonas serem franqueadas aos que se propuzessem a fornecer mobílias para as escolas.

Com relação aos utensilios direi apenas: julgo que se as escolas normaes e escolas-modelo devem ser bem providas, e até do superfluo, ás primarias basta o necessario; porquanto nestas só serveriam para embaraçar o professor, que, não podendo servir-se de taes utensilios, não saberia o que dizer ao alumno que a respeito lhe pedisse explicações; ao passo que n'aquellas a variedade facilitará a pratica de varios systemas.

O que julgo imprescindiveis nas escolas primarias, ainda as mais modestas, são: as cartas muraes dos paizes estrangeiros e principalmente dos Estados Unidos do Brazil em geral e particularmente do Estado de Minas; retratos de bemfeitores da humanidade, que se liguem aos principaes inventos, e dos brasileiros illustres, cujas vistas despertem no alumno a curiosidade de saber quem são e a que se referem. Uma colleccão de pesos e medidas e de moedas nacionaes seria, tambem a meu ver, de grande utilidade ás explicações do professor.

As collecções de mineralogia e botânica, specimens zoológicos, solidos geometricos, globos, etc. são utensilios proprios das escolas aperfeiçoadas e como taes necessarias sómente ás normaes, escolas-modelo e profissionaes.

As primarias só devem ser dotadas de taes melhoramentos quando o respectivo professor der provas publicas de que sabe o que isso é, e o que vale; o mais perfeito dos instrumentos nenhum valor terá na mão do ignorante; inutil é, pois, confiar-lh'o.

X

Livros

Esta questão é das mais importantes para o ensino primario, não só em relação ao merito didactico, como ao valor mercantil. «Barateai o custo do livro, se quereis derramar o ensino pelas classes populares» dizia, ha dez annos, um escriptor brasileiro, occupando-se com este assumpto; e accrescentava «quanto mais singelo fôr o compendio primario, melhor resultado d'elle colherá o ensino.»

Entendo, pois, que o Estado faria bem se mandasse imprimir por sua conta, pelo menos: os syllabarios, taboadas, arithmeticas, livros de leitura, noções de grammatica nacional, de historia patria, chorographia geral, do Estado de Minas, e outros livros semelhantes, em grande cópia para a distribuição gratuita e venda por modico preço. E tambem que por conta do Estado fossem impressas uma carta mural do Brazil e outra de Minas, para serem distribuidas pelas escolas, tanto publicas, como particulares, pois é de toda a conveniencia que essa parte do ensino seja uniforme.

Para esse fim, o inspector ou superintendente do ensino indicará ao Governador os nomes de um grupo de cidadãos, poucos em numero mas de reconhecida competencia, para compor, traduzir ou adaptar ao ensino mineiro aquelles compendios, que passarão á propriedade do Estado, por meio

de contracto pelo qual se obrigue o cessionario a corrigil-o e modifical-o nas futuras edições.

A impressão d'esses livros, que deve ser feita em bom papel e melhor typo, poderia, ou ser dada por concorrência a estabelecimentos graphicos d'este Estado ou da capital federal, ou ainda executada em typographia do proprio Estado, o que seria talvez mais acertado, porquanto, com o avultado lucro d'essas impressões, poder-se-ia obter um estabelecimento completo e dos mais aperfeiçoados e do qual tanto carecemos; que servisse para nitida execução de todos os trabalhos publicos, que n'isso consomem grande renda, e tambem particulares, e ao mesmo tempo para prodigalisar o ensino das artes graphicas aos filhos do povo.

Seria, talvez, esse um dos estabelecimentos industriaes, que, com probabilidade de melhor exito, poderia crear o Estado, pois não faltaria trabalho que o alimentasse. Esse estabelecimento poderia abranger as officinas de composição e impressão typographica, lithographia e xylographia, fundição de typos e encadernação; as quaes cada uma d'ellas constituiria uma escola pratica para os alumnos do Lyceu de Artes e Officios.

Alem d'isso essas officinas poderiam ser aproveitadas para a publicação de uma Revista de Ensino, para ser disseminada gratuitamente por todo o nosso magisterio, n'aqual se dêsse conta fiel de todo o movimento da instrução do Estado e até da Federação e principaes paizes estrangeiros, tendo para isso um correspondente habilitado na capital federal. Tornando-se assim essa Revista um verdadeiro livro de ensinamento para o professor e pondo-o sempre a par de todos os progressos da pedagogia.

A impressão dos livros escolares em larga escala ficaria ao Estado por um preço baratissimo, principalmente se fosse feita por meio da stereotypia, o que se consegueria facil-

mente na capital federal, onde já se trabalha bem n'essa especie, tanto em officinas particulares como na Imprensa Nacional. As tiragens poderiam ser em tal caso de 20.000 exemplares para os livros mais volumosos e 50.000 os menos, e assim se obteria livros que custam 2\$, por 600 ou 700 rs., e os syllabarios, que custam 500 por 180 ou 250 rs.; bem cartonados, em papel assetinado e até illustrados.

A questão da elegancia e excellencia de impressão dos livros escolares é muito ponderavel, porquanto a experiencia tem provado, e as principaes nações do mundo têm reconhecido que, quanto mais bello é o livro em aspecto mais beneficamente influe no ensino. Os Estados Unidos nos apresentam um exemplo a esse respeito, digno de imitar-se; os compendios escolares são ahi impressos e illustrados até luxuosamente. Facil seria fazer aquisição de *clichés* d'essas illustrações, e mandar mesmo preparar outros adequados ao nosso paiz, para os compendios didacticos.

Convinha, pois, que o Estado, ou por meio de uma commissão, ou de um delegado de provado gosto e competencia, fizesse dar aos livros escolares o mais elevado cunho do aperfeiçoamento. Que sejam simples na forma didactica, comprehensíveis tanto ao alumno como ao professor, que por enquanto não podemos contar senão, quando muito, com a mediana, mas que a forma graphica seja a mais attrahente possível, que excite a cubica da creança a possuir e conservar o livro.

Não entrarei em minucias bibliographicas, indicando alguns compendios que poderiam ser adoptados, comquanto reconheça como taes muito dignos: os primeiros livros do Barão de Macahubas e de Hilario Ribeiro, as grammaticas da infancia de Fernandes Pinheiro e Barão de Macahubas, as de segundo grau de João Ribeiro, a *Arithmetica* de Azevedo Pinheiro, as *Noções da vida pratica e Domestica* de Felix Ferreira, a *Geo-*

graphia de Moreira Pinto; por me parecer que essa escolha deve ser feita por quem tiver de pôr em execução o programma reorganizador do ensino primario, em todo o Estado; e, segundo meu plano, o que mais converia, seria certamente organizar a serie de compendios de propriedade do Estado com os que podessem ser adquiridos por compra, ou por fornecimento, por contracto, pelo tempo de quatro annos, submittendo-se os autores e editores a imprimir seus livros pelo typo da serie do Estado.

Alguns livros francezes existem, já conhecidos e de provado aproveitamento, como os de Delapalme, Pape Carpentier e outros, que poderiam ser traduzidos ou adaptados com grande vantagem economica, sendo escriptos propositalmente. Lembrarei entre estes: uma historia contemporanea do Brazil, uma chorographia geral da Federação com a parte relativa ao Estado de Minas mais desenvolvida, e mappas intercalados, que dêsem approximada idéa da configuração geographica de cada Estado.

O fornecimento de livros para o ensino primario feito pelo Estado é por enquanto de imprescindivel necessidade; sem isso não se conseguirá que os alumnos, em grande parte tenham livros, pois é sabido que escolas existem que não os têm absolutamente; no norte, segundo consta de testemunhos bem recentes, ensinam os professores pelos jornaes a lettra impressa, e pelas cartas commerciaes a manuscripta; e isso mesmo graças á generosidade dos negociantes, que facultam tão imperfeitos, é certo, mas ainda assim unicos meios de que alli se dispõe de ensino.

Tão intuitiva é a necessidade de tal distribuição ser feita gratuitamente pelo Estado, que não insistirei mais sobre este ponto.

XI

Taxa e Caixa escolares

O estabelecimento de uma caixa geral escolar no Estado de Minas, me parece de grande alcance para o futuro desenvolvimento da iniciativa particular, porquanto ella servirá de modelo, de incitamento a creações identicas, municipaes e parochiaes. O que aquella caixa fizer em bem do ensino do Estado em geral, estas imitativas o farão em particular, beneficiando as localidades.

A' caixa geral deverão ser arrecadadas todas as multas e a taxa escolar; e esta taxa será lançada indistinctamente a todos os habitantes, que vivam de sua actividade ou rendimento, e tenham economia propria, comprehendendo as senhoras, embora casadas, que exerçam funções publicas remuneradas.

A taxa deve ser minima 400, 200 réis annuaes, ou ainda menos 100 réis, pois o fim não é obter avultado producto mas inocular o principio,—habituvar o povo a concorrer por igual para um beneficio, que, por igual tambem lhe prodigalisa o Estado.

A collecta da taxa escolar poderá ser feita pelos inspectores de districtos, ou qualquer autoridade local e pelos meios mais suasorios possiveis; admittindo-se mesmo o pagamento por quinquennio ou decennio, contanto que seja adiantadamente.

O producto, tanto das multas, como da taxa escolar, deverá ser arrecadado semestralmente á caixa geral e dividido

anualmente: — metade para a impressão de livros e aquisição de vestuário para os escolares indigentes, a outra metade para o patrimônio do montepio dos professores.

O producto da taxa cobrada localmente será recolhido às collectorias, e destas transmittido por meio de cheques à caixa geral, ou de vales, que, quando expedidos pela caixa geral, sejam pagos ao portador, para maior facilidade do gyro dos capitaes escolares.

Assim, conhecido annualmente qual o fundo destinado à compra de vestuário para as creanças indigentes, e dividido esse fundo por parochia em relação à respectiva collecta, a quota que tocar a cada uma será enviada ao respectivo Conselho para dar-lhe a conveniente applicação, e nos logares onde não houver esse Conselho competirá o serviço à autoridade de paz.

Independente da caixa geral, os Conselhos crearão as suas caixas locaes, cujo fundo despenderão como melhor lhes aprouver; recebendo, porém, da geral a quota que lhe fôr destinada para a compra de vestuário.

Quanto à parte destinada ao patrimônio do montepio dos professores será convertida annualmente em fundos publicos.

O montepio deve ser facultado a todos os professores, quer publicos, quer particulares, seja de ensino primario ou secundario, superior ou profissional. Para os professores publicos será obrigatorio, a exemplo do que pratica o Estado do Rio de Janeiro, onde o professor que é demittido ou retirá-se do magisterio recebe a todo o tempo as suas entradas com os juros correspondentes; o que equivale a um peculio, que voluntariamente nem todos o fariam para os dias máus.

Não sou partidario das caixas escolares, isto é, economicas, para os alumnos; cumpre, é certo, educar a creança sob os principios da ordem e da economia, mas esta não deve

ir até a pratica, senão quando o alumno entrar na carreira, que se lhe destina; entendo, pois, que essas caixas devem ser creadas unicamente nas officinas dos lyceus de artes e officios, para conjunctamente com a profissão aprender o alumno a ser economico, a considerar a economia como parte integrante da vida do operario, a garantia de sua independencia e futuro.

Essa taxa escolar, que começará por um imposto do Estado, acabará, estou certo, por uma contribuição voluntaria local; e o meio de encaminhal-a a esse fim é dar todo o apoio moral, todo o prestigio, e mesmo auxilios pecuniarios aos Conselhos parochiaes; dispensando da taxa escolar primeiramente aquelles que d'elles fizerem parte, depois aos que na localidade contribuirem para a caixa parochial. D'est'arte se irá convertendo natural e suavemente o imposto do Estado em contribuição voluntaria

XII

Conclusões

Concorrendo a este certamen, o fiz, é certo, com os fracos recursos intellectuaes de que disponho, mas com o desejo, desmarcado talvez, mas bem justificavel, de conquistar o logar; por isso procurei primeiramente demonstrar que conhecia a situação actual da instrucção publica no Estado de Minas Geraes; depois patentear os conhecimentos praticos, que tenho da materia e o que julgo exequivel no sentido da mais urgente reorganização da instrucção popular. Se o fiz bem ou mal, a meus juizes cabe dizel-o; assim, pois:

Considerando o atrazo em que se acha a instrucção primaria em Minas Geraes;

Considerando a desorganização a que chegaram as escolas normaes, e até o descredito em que cahiram;

Considerando a falta de pessoal habilitado para prover todas as cadeiras creadas pela ultima lei do regimen decahido;

Considerando igualmente a limitação de recursos do Estado, que, em um periodo de reorganização geral, não pôde nem deve sacrificar a um ramo de serviço publico os demais, comquanto seja esse ramo, talvez, o mais importante;

Considerando, finalmente, que cumpre e urge fazer cessar todos os abusos, pôr um paradeiro ao descabro em que vae

o ensino, e dar uma nova e segura orientação a este serviço, para se chegar ao termo de uma reforma radical e perfeita;

Entendo que o governo do Estado de Minas deverá:

1.º Reduzir o numero das escolas primarias ao correspondente mais ou menos ao de professores que dispor, depois da verificação, que fará proceder em todo o Estado

2.º Mandar proceder essa verificação, por meio de pessoas competentes e idoneas, das habilitações dos professores existentes em todas as escolas primarias, já pelo exame dos titulos, que possuem, já pelo ensino que dão aos alumnos;

3.º Fazer proceder um arrolamento do professorado, pela inspectoría geral, com declaração da idade, estado, annos de serviço, titulos que possuem, e regulamentos por que foram habilitados, e classificação feita segundo as informações prestadas pelas commissões verificadoras;

4.º Determinar que pela mesma inspectoría sejam arroladas todas as escolas existentes, isto é, que tenham funccionado no ultimo anno escolar, com a declaração das matriculas, frequencias e calculo da população infantil da zona que a escola abranja, na distancia approximadamente de 2 kilometros;

5.º Adoptar, com as modificações que o Governador em sua alta sabedoria entender, o projecto que vae em seguida, ficando a seu arbitrio os vencimentos, que deverá ter o pessoal respectivo;

6.º Designar, classificadamente pelas cathogorias, os professores julgados nos casos de continuar a servir; aposentando os que tenham tempo para isso, e dispensando os restantes;

7.º Abrir concurso para as cadeiras, que estiverem vagas, nellas provendo os verdadeiramente habilitados, segundo as provas exhibidas;

8.º Convidar a população a instituir, quanto antes, os Conselhos parochiaes, e a promover a abertura de escolas parti-

culares onde não houver publicas, confirmadas pela reorganização;

9.º Conceder, desde logo, um auxilio de 60\$ mensaes a esses Conselhos para gratificar o professor de sua escolha, que contar no acto da abertura da escola 12 alumnos, pelo menos, de um só ou de ambos os sexos;

10. Determinar que o inspector ou superintendente geral do ensino proponha acto continuo: os inspectores de districto, apresentando mesmo mais de um nome cada circumscripção, e as pessoas nos casos de organizar ou fornecer os os compendios com as respectivas propostas;

11. Autorizar o inspector geral a reformar a repartição de instrucção publica, creando nella uma secção especial de estatística escolar;

12. Determinar, finalmente, que o inspector geral, por si, e por commissões por elle nomeadas, providencie sobre todos os regulamentos especiaes e regimentos necessarios á boa marcha do ensino.

Tal é em synthese o que de mais urgente julgo necessario, para dar começo aos trabalhos preparatorios, que deverão servir de base a uma reforma completa, a qual só poderá effectuar-se com segurança no fim de quatro annos, isto é, em 1893, para começar a ser executada em 1895.

PROJECTO DE LEI

CAPITULO 1

Da liberdade de ensino

Art. 1.º É livre a todo cidadão distribuir a instrução primaria, secundaria, professional e technica, no Estado de Minas-Geraes, desde que se obrigue a:

1.º Fazer immediata communicação ao inspector geral de instrução, inspector de districto e de hygiene publica da localidade, sobre as condições do edificio em que tenha de ser installado o estabelecimento de ensino;

2.º Franquear a escola á inspecção das referidas autoridades;

3.º Enviar ao inspector de districto, até o ultimo dia do anno civil, um mappa dos alumnos, que frequentaram a escola, durante o anno lectivo, mencionando o nome, idade, naturalidade, residencia e época da matricula de cada um, bem assim o da pessoa, que o matriculou;

4.º Informar *in continente* ás autoridades do ensino ou da hygiene sobre assumptos, que as mesmas exigirem a bem da instrução.

Art. 2.º Os estabelecimentos livres, anteriores a este regulamento, se obrigam ás disposições dos ns. 2, 3 e 4.

Art. 3.º Aquelles que infringirem o estatuido em qualquer dos numeros de que trata o art. 1º, ficarão sujeitos á multa de 50\$000, imposta pelo inspector geral da instrução, com recurso para o Conselho director. Nas reincidencias, até tres, serão elevadas ao dobro; e, quando excedam áquelle limite, cumpre ao inspector geral propor ao Conselho director a interdicção do estabelecimento recalcitrante, que a poderá impor com recurso para o Governador do Estado.

CAPITULO II

Da obrigatoriedade da instrucção primaria

Art. 4.º É obrigatoria nas escolas publicas de instrucção primaria do Estado de Minas-Geraes a frequencia para a população escolar de ambos os sexos de 6 a 14 annos de idade.

Estão isentos desta obrigação:

- 1.º Os meninos que residirem a dois kilometros, pelo menos, da escola;
- 2.º Os que receberem instrucção em domicilio ou em escola particular;
- 3.º Os atacados de molestia contagiosa ou incapacidade physica.

Art. 5.º Os paes, tutores e protectores são responsaveis pela frequencia, nas escolas publicas, dos meninos sob sua direcção, ou pela instrucção dos mesmos, distribuida em casa ou em estabelecimento particular de ensino; igualmente os proprietarios de qualquer estabelecimento mercantil, industrial ou agricola, em relação a seus empregados ou operarios de menor idade.

Art. 6.º Poderão ser dispensados da frequencia escolar os meninos de 13 a 14 annos que provarem habilitações sufficientes nas disciplinas do ensino primario constantes do art. 15 deste regulamento.

Art. 7.º Os responsaveis pela frequencia escolar de que trata o art. 5.º, e que deixarem de matricular em uma escola a creança de idade escolar sob sua responsabilidade, incorrerão, uma vez intimados pelo inspector do districto, na multa de 5\$000, elevada ao dobro em casos de reincidencias.

§ 1.º Na falta de pagamento destas multas serão ellas resolvidas em prisão de 2 a 3 dias.

§ 2.º Estas multas se repetirão todas as vezes que a contar do prazo de um mez de cada intimação, persistir o infractor na desobediencia, a menos que prove a impossibilidade no cumprimento da lei.

Art. 8.º Os responsaveis pela frequencia escolar devem communicar aos professores os motivos das faltas dos alumnos matriculados sob sua responsabilidade quando excederem de tres em cada mez, sob pena de multa de 2\$000, por falta, não justificada, que exceder a tres.

§ 1.º Estas multas serão cobradas mensalmente pelas listas de ausencia, que os professores submeterão ao inspector do districto, nos tres primeiros dias de cada mez.

§ 2.º Na recusa de pagamento serão resolvidos em 2 e 3 dias de prisão.

§ 3.º O inspector de districto imporá a multa de 20\$000, elevada ao dobro nas reincidencias, aos professores, que deixarem de enviar as listas de que trata o § 1.º deste artigo.

Art. 9.º No mez de dezembro de cada anno, as autoridades locais com auxilio do Conselho parochial, procederão, nas suas respectivas freguezias, ao recenseamento completo de todos os meninos maiores de 6 e menores de 15 annos, e de todos os maiores de 15 e menores de 20, pelas listas do censo escolar, que lhes serão fornecidas pelo inspector geral da instrucção. Estas listas, depois de cheias, serão devolvidas pelas alludidas autoridades ao inspector do districto e este as enviará ao inspector geral até o dia 31 de dezembro, impreterivelmente.

Art. 10. Essas autoridades terão pelo serviço do censo escolar a gratificação annual de 300\$000.

Paragrapho unico. A autoridade que deixar de cumprir a obrigação do art. 9.º será multado em 300\$000.

Art. 11. Na falta do recenseamento organizado pela autoridade local, na falta de Conselho parochial, o inspector do districto providenciará para que o alistamento seja feito por pessoas idoneas, ás quaes abonará a importancia, que devia caber ao recenseador legal.

Art. 12. Feito o primeiro recenseamento escolar de que trata o art. 9.º, o qual será procedido em acto continuo á approvação deste regulamento, o inspector geral proporá ao governo a distribuição das escolas publicas de accôrdo com a importancia e população de cada localidade.

Art. 13. Toda a vez que mudem de residencia os responsaveis por meninos obrigados á frequencia escolar, de sorte que, pela distancia do novo domicilio, sejam forçados a retirar o menino ou meninos da escola onde estavam matriculados, deverão, no prazo de tres dias, levar o facto ao conhecimento do inspector do districto de onde se ausentarem e ao d'aquelle para onde transferirem sua nova residencia, sob pena de multa de 5\$000 a 10\$000, imposta sem recurso, por um dos inspectores, em relação a quem se der a omissão.

§ Unico. Esta multa será resolvida em dois ou tres dias de prisão na falta de pagamento.

Art. 14. Os directores de estabelecimentos particulares de instrucção primaria e secundaria devem lançar em livro especial de matricula as notas de que trata o n. 3 do art. 1.º.

Art. 15. Será multado em 10\$000, e o dobro nas reincidencias, quem deixar de remittir o mappa de que trata o n. 3 do art. 1.º, bem assim omittir ou falsificar o livro de matricula a que se refere o artigo antecedente.

CAPITULO III

Da instrucção primaria

Art. 16. A instrucção primaria official comprehenderá no Estado de Minas as seguintes disciplinas, leccionadas em tres classes correspondentes a cada um dos graus:

- | | |
|---|---|
| 1.ª CLASSE, alumnos de 7 a 9 annos
pouco mais ou menos | <ul style="list-style-type: none"> Rudimentos de leitura e escripta. Arithmetica: numeração e taboadas das quatro operações. Musica vocal. |
| 2.ª CLASSE, alumnos de 9 a 10 annos | <ul style="list-style-type: none"> Leitura e escripta. Arithmetica: as quatro operações sobre numeros inteiros. Lições de coisas. Musica vocal. |

3ª CLASSE, alumno de 10 a 11 annos

- Leitura explicada.
- Noções essenciaes da grammatica nacional e exercicios de phraseologia e composição.
- Orthographia pratica.
- Arithmetica: fracções e systema metrico (aplicações).
- Elementos de geometria.

1ª CLASSE.....

- Grammatica: analyse logica e lexicologica, composição, leitura expressiva e recitação de prosadores e poetas nacionaes.
- Arithmetica.
- Geometria elementar.
- Geographia physica e politica do Brazil, especialmente do Estado de Minas-Geraes.
- Instrução moral.
- Desenho linear e de figura.
- Musica vocal.
- Gymnastica.

2ª CLASSE.....

- Grammatica (continuação) como da 1ª classe.
- Noções de physica e chimica.
- Chorographia do Brazil.
- Historia patria (épocas principaes).
- Instrução moral.
- Desenho linear, de figuras e de ornatos.
- Musica vocal.
- Gymnastica.

3ª CLASSE.....

- Grammatica nacional (syntaxe), analyse logica, lexicologica e syntaxica, composição e recitação de prosadores e poetas nacionaes.
- Elementos de historia natural e de hygiene.
- Historia do Estado de Minas-Geraes.
- Instrução moral.
- Instrução civica.
- Desenho de figura.
- Musica vocal.
- Gymnastica.

Art. 17. O ensino das disciplinas do art. precedente será dividido em escolas de duas cathogorias: de 1ª e 2ª grau; a 1ª para a capital, cidades e villas importantes, a 2ª para as villas menos importantes e povoações.

Art. 18. O programma das materias para as escolas do 1.º grau abrangerá todas as disciplinas do art. 15 e o das de 2.º as marcadas por um asterisco.

Art. 19. O inspector geral, ouvido o Conselho director, organizará o programma de ensino das escolas primarias e de adultos, bem assim o regimento interno dessas escolas, submettendo-os á approvação do governo.

Art. 20. As escolas de 2.º grau serão mixtas, e regidas de preferencia por professoras.

Art. 21. O inspector geral fixará no regimento escolar a divisão do tempo quanto ás materias do ensino, e quanto aos intervallos para recreações.

Art. 22. Nas escolas de 2.º grau o ensino da musica vocal e gymnastica dependerá do conhecimento do professor em relação ás materias.

Art. 23. Os professores actuaes, com direitos adquiridos, ficam dispensados de leccionar as materias do art. 16, que não souberem, até que n'ellas se mostrem habilitados, para o que fica-lhes marcado o prazo de tres annos, a contar da publicação d'este regulamento.

§ Unico. Aquelles que não se apresentarem habilitados, dentro do prazo fixado, serão jubilados com os vencimentos proporcionaes ao tempo de serviço, e dispensados aquelles que não tiverem tempo sufficiente para jubilação proporcional.

Art. 24. Nenhuma cadeira será provida, a contar da promulgação d'este regulamento, sem que o professor tenha pleno conhecimento das novas disciplinas primarias, que o mesmo estabelece.

Art. 25. Aos professores das escolas particulares em logares onde não haja escolas publicas de 2.º grau, não se exigirá o cumprimento do programma official, mas sómente que ensine a ler, escrever e as quatro operações elementares da arithmetica.

Art. 26. Aos que estiverem em logar onde haja cadeira de 2.º grau, só poderá ser subvencionado cumprindo o programma do art. 15.

Art. 27. Nos logares onde existam mais de 10 creanças de ambos os sexos, em distancia de dois kilometros, e fôr estabelecida uma escola particular, sob a fiscalização do Conselho parochial, e este pedir auxilio ao Estado, sel-o-á concedido depois de um anno de existencia da escola, mensal ou annualmente, á razão de \$000 por alumno, conforme a localidade.

Art. 28. Todos os annos se effectuarão, de 20 de novembro a 20 de dezembro, com a possivel solemnidade, em todas as escolas publicas dos dois graus, exames presididos pelo inspector do districto e membros do Conselho parochial.

Art. 29. Os presidentes dos exames escolares acima mencionados communicarão, por officio, ao inspector geral, o resultado dos exames, fazendo menção dos alumnos promptos, que foram julgados dispensados da obrigação da frequencia escolar.

§ Unico. Os infractores soffrerão a multa de 25\$000.

Art. 30. Os meios disciplinares nas escolas publicas são:

- 1.º Reprehensão em particular.
- 2.º Reprehensão em plena aula.
- 3.º Tarefa de escrever nas horas de recreio.
- 4.º Queixa aos paes.
- 5.º Exclusão da escola.

§ Unico. A exclusão de alumno incorregivel será determinada, á reclamação do professor, pelo inspector de districto, mediante approvação do inspector geral.

Art. 31. Até o dia 2 de cada mez, remetterão os professores, quer publicos, quer subvencionados, ao inspector do districto, mappas de frequencia dos respectivos alumnos, com declaração de suas proprias faltas, se as houver dado.

§ 1.º Não serão pagos ordenados ou subvenções aos professores que deixarem de apresentar o mappa de que trata o artigo antecedente.

§ 2.º Não receberão ordenados ou subvenções os professores cujos attestados não venham com o visto do inspector do districto.

Art. 32. O material necessario ao ensino, a saber: papel, pennas, tinta, louza, lapis, giz, limpadores, traslados e compendios, serão fornecidos pela inspectoria geral, mediante pedido do professor com o visto do inspector de districto e ordem do inspector geral.

Art. 33. A inspectoria geral fornecerá tambem á cada escola publica:

A mobilia escolar.

Um livro de matricula.

Um livro de presença.

Um livro de inventario dos moveis e objectos de ensino.

Um livro de termos de visitas dos inspectores e particulares.

Um livro para acta de exames finais.

Art. 34. O professor publico é responsavel por todo o material de sua escola, recebido por inventario, lançado no livro competente, e no qual assignará.

Art. 35. O professor que se jubilar, fôr removido ou suspenso, é obrigado por todos os moveis e objectos constantes do livro de inventario, emquanto não os entregar ao inspector do districto, que passará recibo no mesmo livro.

Art. 36. Os professores publicos, interinos ou vitalicios, podem ser removidos ou suspensos até 6 mezes pelo inspector geral, em casos de indisciplina ou frouxidão de cumprimento de dever, com recurso para o Governador.

§ Unico. Em casos de suspensão o inspector geral nomeará substituto, que perceberá o ordenado do professor suspenso.

Art. 37. O professor vitalicio que soffrer condemnação por qualquer dos crimes designados no art. 69 das *disposições diversas*—perderá *in-continenti* a cadeira, mesmo que seja vitalicio.

Art. 38. O professor que faltar á sua escola sem motivo justo, será multado em 20\$000, por cada falta.

§ 1.º Aquelle que em um mez der mais de tres faltas, não justificadas, soffrerá a pena de suspensão por dois a quatro mezes.

§ 2.º Estas multas serão impostas pelos inspectores de districto, com recurso para o inspector geral.

§ 3.º As remoções serão decretadas pelo governo do Estado sob proposta do inspector geral.

Art. 39. Nenhum professor será declarado vitalicio antes de dez annos de effectivo exercicio, a contar do dia da nomeação.

Art. 40. Os professores e as professoras diplomadas pelas novas escolas normaes, perceberão o vencimento annual de 2:400\$000 durante os primeiros dez annos de effectivo exercicio, e de então por diante o de 3:000\$000.

Art. 41. O governo, sob proposta do inspector geral, arbitrará a gratificação, que deverá ter cada professor, para aluguel de casa, emquanto não se edificarem casas escolares apropriadas.

CAPITULO IV

Das aulas nocturnas livres para adultos

Art. 42. Além das escolas primarias, de que trata o art. 16, haverá outras nocturnas para adultos de ambos os sexos, podendo funcionar alternativamente na mesma casa das aulas primarias diurnas.

O programma d'estas escolas será o seguinte, tambem dividido em classes:

1ª CLASSE.....	Leitura. Escripta. Arithmetica: prática das quatro operações sobre numeros inteiros.
2ª CLASSE.....	Leitura. Escripta. Noções de grammatica e composição. Elementos de geographia, chorographia e historia do Brazil, principalmente do estado de Minas Geraes. Arithmetica: systema metrico (aplicações). Geometria usual.
3ª CLASSE.....	Leitura. Escripta. Grammatica e composição. Instrucção civica e moral. Noções de hygiene e economia. Arithmetica (aplicações).

Art. 43. O governo subvencionará as aulas nocturnas de adultos, já estabelecidas, ou que se estabelecerem em qualquer ponto do Estado, por iniciativa dos Conselhos parochiaes.

Art. 44. Esta subvenção será de 100\$000 mensaes para as aulas que contarem de 30 a 50 alumnos, e de 200\$000 para as que tiverem frequencia superior a 70 alumnos.

Art. 45. As aulas nocturnas livres que forem subvencionadas ficam sujeitas á inspecção official, e a remetterem semestralmente ao inspector geral, por intermedio dos inspectores de districto, os mapps dos alumnos, que as frequentarem.

§ Unico. Esta subvenção cessará desde que o Conselho parochial deixe de satisfazer ao disposto n'este artigo.

CAPITULO V

Das escolas normaes primarias

Art. 46. Haverá no Estado tres escolas normaes primarias, para os dois

sexos, assim distribuidas: uma na capital e as outras duas nas cidades de Diamantina e Campanha.

Art. 47. Ficam supprimidas as demais existentes.

Art. 48. O curso normal em cada escola durará quatro annos, comprehendendo as seguintes disciplinas.

1° ANNO

Leitura em voz alta (prosa e verso).

Grammatica nacional. Analyse lexicologica e logica, com interpretação dos textos.

Exercicios de composição oral e escripta.

Arithmetica até divisão, theorica e praticamente.

Geometria plana.

Geographia geral no globo terrestre.

Noções de cosmographia.

Desenho linear e de perspectiva.

Calligraphia. Lettras ingleza e redonda.

Lingua franceza, praticamente.

Pedagogia, theorica e praticamente.

Musica, solfejo e harmonio ou rabecca.

Gymnastica (para os alumnos).

Trabalhos de agulha (para as alumnas).

2° ANNO

Leitura em voz alta (prosa e verso).

Analyse logica dos classicos. Reducção de trechos de verso á prosa em ordem directa (oral e por escripto).

Arithmetica. Recordação e continuação até raiz cubica. Systema metrico.

Geometria. Recordação e continuação com applicação aos solidos.

Desenho linear e sombreado figuras, ornatos e flôres.

Calligraphia. Lettras ingleza, redonda e gothica.

Lingua franceza, leitura, grammatica e traducção.

Pedagogia, lições theoricas e praticas.

Canto e harmonio ou rabecca.

Gymnastica (para alumnos).

Costura, (para alumnas).

3° ANNO

Declamação. Recitação de cór de prosa e verso.

Grammatica nacional, continuação.

Arithmetica. Recordação e continuação e conclusão.

Algebra. Só ente as quatro operações sobre quantidades algebricas.

Noções de trigonometria e agrimensura.

Geographia geral.

Historia e chrographia geral.

Lingua franceza.

Desenho de figuras e coloridos.

Calligraphia. Lettras ingleza, redonda, gothica e ornamentada.

Canto e harmonio ou rabecca.

Gymnastica, costura, córte, (para as alumnas).

4° ANNO

Estudo philologico da lingua portugueza.

Litteratura na ional.

Systemas de ensino.

Instrucção moral e civica. Constituição da republica brasileira.

Contabilidade mercantil. Noções de economia politica.

Noções sobre industrias. Generalidades scientificas.

Historia e chorographia do Estado de Minas.

Desenho de figura, flores, ornatos e aquarella.

Calligraphia.

Canto e harmonio ou rabecca.

Pedagogia theorica e pratica.

Gymnastica e exercicios militares (para os alumnos).

Costura, córte, por figurino (applicação do desenho), etc. (para as alumnas).

Pratica do ensino.

Parapho unico. O inspector geral, ouvido o Conselho director, proporá ao governo as cadeiras, que deverão ser creadas nas novas escolas normaes, para o ensino das materias constantes deste artigo.

Art. 49. Os candidatos á admissão em qualquer das escolas normaes deverão juntar ás suas petições os documentos seguintes:

1.º Certidão de idade de 16 annos, pelo menos, para o sexo feminino, e de 17 para o do masculino.

2.º Attestado de approvação nas materias primarias das escolas de 1º grau.

3.º Attestado de boa indole e bom procedimento passado pelos professores com quem houverem estudado, e pelos curas das freguezias em que habitarem.

4.º Attestado de medico affirmando não soffrer o requerente molestia contagiosa ou incuravel.

5.º Declaração escripta, assignada pelo requerente, e bem assim pelo seu pae ou tutor, em que se obrigue a seguir a carreira do magisterio logo que tenha ultimado o curso normal.

Art. 50. Terminado o primeiro anno do curso normal, serão delle excluidos os alumnos que forem reconhecidos de saude fragil ou tiverem revelado falta de vocação para o magisterio, ou reprovados mais de uma vez.

Art. 51. Haverá annexo á cada escola normal uma escola-modelo primaria de applicação, que será graduada, e onde os alumnos se exerçam na pratica do ensino.

Art. 52. Os professores habilitados pelas novas escolas normaes serão nomeados sem concurso para as cadeiras que forem vagando ou novamente creadas; tendo preferencia o candidato filho do logar em que houver a vaga.

Art. 53. Terá cada escola normal um director, um vice-director e um secretario-amanuense.

Art. 54. O inspector geral determinará em regulamento, approved pelo governo do Estado, as obrigações dos directores, professores, alumnos e mais empregados do estabelecimento.

Art. 55. A nomeação de director e vice-director das Escolas Normaes será feita de livre escolha do Governador do Estado, e a de secretario pelo director da escola.

Art. 56. Não poderão recahir essas nomeações em professores que nellas leccionarem.

Art. 57. Os directores das Escolas Normaes deverão remetter annualmente até o dia 15 de fevereiro, ao inspector geral, relatorios circumstanciados dos trabalhos das respectivas escolas com as competentes estatisticas.

Art. 58. Em cada escola normal haverá um muzeu escolar e uma bibliotheca pedagogica.

CAPITULO VI

Das escolas profissionaes

Art. 59. O governo creará em logares apropriados, escolas profissionaes para os dois sexos, com as seguintes disciplinas:

Calligraphia, orthographia, redacção, arithmetica, escripturação mercantil, elementos de geometria, noções de sciencias naturaes, physica experimental e chimica industrial, economia social e domestica, desenho linear, de perspectiva, de figuras, de machinas, de architectura, de ornatos, sombreados e aquarella, noções sobre industrias, descobrimentos e invenções.

Art. 60. Essas materias serão as mesmas para as escolas do sexo feminino, tendo cada uma mestrás de officios proprios do sexo, como sejam: de costura, de corte, de confecção de roupas, de crochet, crivo, renda, flores artificiaes de diversas especies, pintura, etc.

Art. 61. De par com essas aulas haverá officinas de artes graphicas (typographia e lithographia), gravura em pedra, xylographia (gravura em madeira), carpinteiro, marceneiro, entalhador, torneiro de madeira e de metaes, escultura em gesso, madeira e pedra, fundidor de typos, fundidor de metaes e ourives; e outras artes industriaes que devam ser aperfeiçoadas no Estado.

Art. 62. O curso theorico das escolas profissionaes será de tres annos; o pratico dependerá do tempo necessario ao aprendizado do officio que seguir o

alumno. Em regulamento especial, ouvido o Conselho director, o inspector geral determinará o plano dos estudos e divisão das materias, sujeitando-o á approvação do governo.

Art. 63. Cada escola profissionall terá um director e secretario, nomeados pelo governo dentre seus professores.

Art. 64. Serão de preferencia admittidos nessas escolas alumnos maiores de 14 e menores de 18 annos, e que tenham sido habilitados pelas escolas publicas primarias.

Art. 65. O governo subvencionará aos lyceus de artes e officios que forem creados no Estado por iniciativa particular, desde que seus directores se sujeitem á inspecção official, e tenham algumas das officinas indicadas no art. 61.

CAPITULO VII

Das autoridades prepostas á instrucção publica

Art. 66. As autoridades prepostas ao ensino no Estado de Minas Geraes são:
O Governador do Estado.

O Conselho Director.

O Inspector Geral da Instrucção.

Os Conselhos Parochiaes.

Os Inspectores de districto.

Art. 67. O Conselho Director da Instrucção será composto dos seguintes membros:

Inspector Geral da Instrucção Publica.

Director da Escola de Minas.

Director da Escola de Pharmacia.

Director da Escola Normal da Capital.

De um professor de cada um d'estes estabelecimentos, de exclusiva nomeação do Governador.

Dos Directores de collegios particulares, existentes na Capital.

De tres cidadãos distinctos, á escolha do Governador.

Art. 68. O inspector geral regulamentará as attribuições e modo porque deve funcionar o Conselho Director, bem assim as attribuições dos inspectores de districto.

CAPITULO VIII

Disposições diversas

Art. 69. Não póde ser nomeado professor publico, nem tão pouco exercer o magisterio particular, quem tiver soffrido condemnação judicial por crime de roubo, estellionato, adulterio, incesto ou qualquer outro offensivo á moral.

Art. 70. Em época determinada, de dois em dois annos, a convite do Inspector Geral reunir-se-ão na Capital do Estado, em conferencias, para tratarem de questões concernentes ao ensino, todos os Directores das Escolas Normaes, os professores d'estas escolas que para isso forem convidados, bem assim os professores publicos primarios e membros dos Conselhos parochiaes.

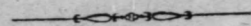
§ Unico. Os trabalhos d'essas conferencias serão publicados na *Revista do Ensino do Estado*.

Art. 71. Serão premiados pecuniariamente, a arbitrio do Governador, os professores publicos ou particulares, que escreverem obras didacticas, de reconhecido merecimento, ouvido o Conselho Director.

Art. 72. O Governador do Estado poderá, desde já, augmentar os vencimentos dos empregados da repartição de instrucção publica, bem assim dos professores publicos, reconhecidamente habilitados.

Art. 73. O Governador fixará os ordenados e gratificações, que julgar rasoa-veis, aos novos empregos creados por esta reforma.

Art. 74. Ficam revogados todos os regulamentos anteriores a este.



MO. 3

LO/MG